

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Aluno:**  
**HÉCTOR HUGO PARRA FRAILE**

**Professor guia:**  
**GELSOM ROZENTINO**

**“UMA APROXIMAÇÃO SOCIOHISTÓRICA A RELAÇÃO ENTRE A  
POLÍTICA URBANA DA DITADURA MILITAR DE PINOCHET E O  
MOVIMENTO DOS POBLADORES DE SANTIAGO DO CHILE”**

Rio de Janeiro  
Novembro de 2018

## Resumo:

O presente trabalho pretende aprofundar na história do Movimento dos *Pobladores* de Santiago do Chile, revisando suas origens, desenvolvimento, dinâmicas internas y particularmente a relação com a Ditadura Cívico Militar de Pinochet (1973 a 1990)

Considerando que num primeiro momento a desarticulação dos partidos políticos e da grande maioria das organizações sociais trás o golpe militar de 1973, trouxe entre outras coisas, a modificação dos marcos legais que mediavam a relação entre os *pobladores* e o Estado. O que permitiu a aplicação dos princípios neoliberais frente ao problema habitacional e a reestruturação sócio-espacial da cidade de Santiago do Chile.

Durante um segundo momento da Ditadura, vimos que a mobilização do mundo *poblacional* recorre a conhecidas ações diretas na luta pela moradia e disputa pelo espaço urbano, historicamente apreendidas, tentando uma relação com o Estado similar a períodos anteriores, mas recebendo como resposta forte repressão por parte dele, mas logrando se constituir como uns dos atores políticos de maior relevância, ainda que muitas esquecido, no caminho que poe fim a Ditadura e abre passo a um novo período político na história contemporânea do Chile, a transição a democracia.

Para este análise se tem utilizado algumas fontes como documentos oficiais e arquivos de imprensa, assim como bibliografia pertinente com a temática.

## **Resumen:**

El presente trabajo pretende profundizar en la historia del Movimiento de Pobladores de Santiago de Chile, revisando sus orígenes, desarrollo, dinámicas internas y particularmente su relación con la Dictadura Civilo-militar de Pinochet (1973 a 1990)

Considerando que en un primer momento la desarticulación de los partidos políticos y de la gran mayoría de las organizaciones sociales tras el golpe militar de 1973, trajo entre otras cosas, la modificación de los marcos legales que mediaban la relación entre los pobladores y el Estado. Lo que permitió la aplicación de los principios neoliberales frente al problema habitacional y la reestructuración socio espacial de la ciudad de Santiago de Chile.

Durante un segundo momento de la Dictadura vemos que la movilización del mundo poblacional recurre a conocidas acciones directas en la lucha por la vivienda y la disputa por el espacio urbano, históricamente aprendidas, intentando una relación con el Estado similar a la de períodos anteriores, pero recibiendo como respuesta una fuerte represión por parte de él, pero logrando constituirse como en uno de los actores políticos de mayor relevancia, aunque muchas veces olvidado, en el camino que pone fin a la Dictadura y abre paso a un nuevo período político en la historia contemporánea de Chile, la transición a la democracia.

Para este análisis se han utilizado algunas fuentes como documentos oficiales y archivos de la prensa, así como bibliografía pertinente con la temática.

## **PALAVRAS CHAVES:**

Movimento dos moradores, Ditadura, Política Urbana, Erradicações e segregação sócio espacial.

# SUMÁRIO

**Introdução.....**

## **Capítulo I – Estado e Questão Urbana**

- 1.1- A cidade e origens da Questão Urbana
- 1.2- Estado Capitalista e Política Urbana
- 1.3- A Política Urbana como intervenção social do Estado
- 1.4- Estado e Hegemonia
- 1.5- Espaço Urbano, Território e Segregação sócio-espacial.

## **Capítulo II – Os Pobladores como Movimento Social Urbano da Cidade de Santiago.**

- 2.1.- Movimento de pobladores como Movimento Social Urbano.
- 2.2- Formação social histórica e espacial de Santiago do Chile.
  - 2.2.1- Localização Geográfica
  - 2.2.2- Migração campo cidade
- 2.3- Surgimento do Movimento dos *Pobladores* e sua luta pela moradia e a cidade.
  - 2.3.1- As Ligas dos Locatários
  - 2.3.2- O surgimento das “*poblaciones callampas*” e Partidos Políticos
  - 2.3.3- “*La Victoria*” e o começo das tomas de terreno.
  - 2.3.4- Os pobladores e o governo dos anos 60´
  - 2.3.5- A moradia como um direito e os aportes do MIR (1970-1973)

## **Capítulo III – A Ditadura Militar frente os Pobladores (os anos 70´)**

- 3.1- Destruição do movimento popular e Implantação do neoliberalismo
- 3.2- Política de vivenda
  - 3.2.1- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano PNDU
  - 3.2.2- Erradicação de acampamentos
- 3.3- Movimento dos Pobladores no período 1973-1979

## **Capítulo IV – Os Pobladores frente a Ditadura (os anos 80´)**

- 4.1- Movimento dos Pobladores no Período 1980-1986
- 4.2- As primeiras tomas de terreno no neoliberalismo.
  - 4.2.1- Toma de terrenos na “*Poblacion La Bandera*”

4.2.2- Resposta do Governo: A propriedade.

4.2.3- Resposta desde os pobladores: tentativas de reorganização.

4.3- As jornadas de protesto

4.4- Período 1987- 1989

**Considerações finais.....**

**Fontes .....**

**Referências bibliográficas.....**

## Introdução

A princípios do século XX, com o crescimento das principais cidades do Chile vem uma grande demanda por moradia derivada da migração dos trabalhadores rurais que chegaram à cidades em busca de trabalho. Os novos grupos de populações passam então a se instalar em condições precárias nos principais centros urbanos, como em *cités* o *conventillos*, ou acabam ocupando terrenos baldios concentrados nas periferias das cidades. A partir, dessa situação que se iniciam alguns processos reivindicados por melhores condições de vida, tais como a greve de 1925 contra os aumentos dos alugueis. Na medida, que esses setores populares vão se organizando, passam a chamar a atenção das principais organizações políticas como a Juventude Democrata Crista e partidos de esquerda. Este é um passo significativo em direção à consolidação do movimento dos *pobladores* como ator social.

Com a aproximação entre os *pobladores* e os partidos políticos, as tomas de terreno aumentaram em número e proporções. Em 1948, a primeira que deu origem à *población* “Los Nogales”. Segundo alguns autores, esta toma marca o ascenso do movimento dos *pobladores*, que seguirá crescendo nas décadas seguintes. É de destacar que a expressão *pobladores* se incorporou no vocabulário dos chilenos e chilenas pelo Partido Comunista do Chile (SABATINI y WORMALD 2004), organização política de esquerda que junto com outras se inseriram em numerosas tomas de terreno que se deram no Chile durante a segunda metade do século passado, para nos ajudar a esclarecer o termo:

Pobladores” são os moradores dos “campamentos”, isto é, os agrupamentos urbanos resultantes de ocupações coletivas organizadas. Mas também recebem essa denominação os moradores das “poblaciones”: os bairros populares e favelas, em geral. Quando se fala no “Movimento dos pobladores”, geralmente, tem-se como referencia mais direta os participantes das ocupações urbanas. (de GRAZIA, em PINHEIRO, 2010:25)

As *tomas de terrenos* aumentaram consideravelmente durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e se somaram às grandes mobilizações dos

trabalhadores, camponeses e estudantes que aconteciam nesse período. Em esse contexto, Frei cria um plano para a obtenção da vivenda, a partir, do qual os setores populares poderiam comprar suas casas através, da facilitação de um crédito. Ou poderiam comprar terrenos urbanos (*Operación Sitio*) nas periferias das grandes cidades. Através, dessas duas medidas se criaram as coedições para o surgimento de novas *poblaciones* no entorno de Santiago. Elas se conformaram como agrupamentos de miles de famílias com múltiplas necessidades, desde materiais para a construção das casas, até as de saneamento básico, abastecimento de água, recoleta do lixo. Tal situação de marginalidade levou a os *pobladores* a novas lutas reivindicativas.

Por outra parte, para conter novas *tomas de terreno* e o aumento das manifestações, Eduardo Frei instala a lei que cria as *juntas de vecinos*, cujo objetivo era promover a organização dos *pobladores* na procura de soluções materiais para seus territórios. A pesar das contradições internas, são a primeira expressão de organização própria dos *pobladores*. O governo de Eduardo Frei marca uma nova etapa na formação desse movimento. A urgência por encontrar um lugar para morar na cidade e a luta para que seja digno torna a os *pobladores* cada vez mais ativo politicamente.

A princípios da década de 1970, em Santiago, havia perto de 310 *tomas* e ao menos 55 mil famílias que moravam em essas condiciones. Em 1972, o número aumentou a 83 mil famílias, perto de 456 mil pessoas (SALAS, 1999:8). Durante o governo de Salvador Allende (1970-1973), o movimento de *pobladores* consolidou-se como uns dos principais atores políticos. Destacam-se em esse período três características principais: uma mobilização forte e permanente sobre o direito a uma moradia digna e a presença de grandes setores dos trabalhadores nas *poblaciones* que lhes colocava em estreita vinculação com as organizações sindicais e a luta dos trabalhadores chilenos, e presencia de Partidos Políticos entusiastas com a “*Unidad Popular*” na organização do movimento.

Nesse momento, o que motivava aos *pobladores* era a luta para que o Estado lhes outorgasse uma serie de direitos dos que estavam excluídos, principalmente o direito à moradia. Essa afirmação, que pode parecer obvia, é



uma marca importante do movimento dos *pobladores* de essa época, em relação às características adquiridas em períodos posteriores.

Los pobladores que apoyaban o integraban las movilizaciones de los años 60`y 70`, al igual que los Partidos que las dirigían, estaban imbuidos de una idea de “democracia social”, consistente en exigir del Estado el cumplimiento de una serie de "derechos sociales", principalmente el acceso a la salud, la educación, el trabajo y la casa propia. La Satisfacción de estos derechos se hacía equivaler a una situación plenamente democrática (...)" (SABATINI y WORLMALD , 2004:6 )

Os *pobladores* das décadas de 60` y 70` se organizaram para reivindicar a extensão de os serviços de saúde, educação e vivenda aos territórios de suas *poblaciones*. É sabido que o período de S. Allende foi importante para o avanço dessas conquistas democráticas. Lamentavelmente, nas principais análises desse período, o movimento dos *pobladores* estava diluído num conceito mais genérico da classe trabalhadora, o que dificulta uma análise mais profunda sobre o protagonismo desse setor no governo de Allende. O golpe militar significou uma ruptura com o período de logros de direitos democráticos. Durante a ditadura militar (1973-1990), a defesa dessas reivindicações também exigiu aos *pobladores* se organizar contra um aparelho repressivo. Embora, o movimento não perdeu seu caráter reivindicativo. A experiência da toma de terreno, a dura batalha para sua manutenção e pelos recursos mínimos e a posterior resistência à ditadura militar naqueles territórios marcou a vida de muitas *poblaciones*, o movimento se foi constituindo a partir da relação cotidiana com o seu território.

A década de 1980 simbolizou um ponto de inflexão para o processo de urbanização Chileno, especialmente em Santiago. Para responder à crise econômica de finais dos anos 70`, O governo militar colocou em andamento uma drástica política de liberalização econômica, a que se direcionava a uma economia de livre mercado, uma política de Estado baseada na fórmula dos Chicago Boys, "*menos Estado e mais mercado*", ampla abertura externa e desregulamento dos setores chaves da economia. Ao mesmo tempo, uma grande reforma urbana que suponha, especialmente a privatização e a liberalização do mercado de terras e imobiliário. Ao final de 1979 foi aprovada a *Nova Política de Desenvolvimento*

*Urbano* (DAHER, 1991 apud GUERRA, 2009), que previa: a) a eliminação das normas sobre limites urbanos; b) a desregulamentação de taxas e impostos sobre terras urbanas; c) venda de terrenos de propriedade do Estado; d) a regulação dos assentamentos na periferia da cidade; e) a erradicação dos acampamentos próximos a terras de valor elevado (ibid : 28) .

Esses princípios guiaram a política de habitação da Ditadura, cujos programas principais se mantiveram pelos governos da transição democrática. O principal objetivo de esta política era acabar com o déficit habitacional acumulado das primeiras décadas do século XX. Para isso, O Ministério de Vivenda elaborou o mecanismo que até hoje mantém a política atual de vivenda no Chile: O *subsídio de vivenda*, o que significava uma serie de incentivos fiscais para as empresas imobiliárias que se comprometessem à construção de vivendas populares. Dessa maneira, se fomentou à oferta de vivenda e não à demanda, apresentando um mecanismo em que apareciam como beneficiários os *pobladores*, mas especialmente beneficiando às empresas construtoras e o mercado financeiro. As vivendas construídas na década dos anos 80` objetivavam quase exclusivamente a erradicação de acampamentos e assentamentos irregulares. Em media, as vivendas entregadas correspondiam aos grandes conjuntos de casas com uns 25m<sup>2</sup> (Boletín CEPAL, n.63, 1997), em terrenos de alta concentração de população.

A morfologia urbana atual da cidade de Santiago amostra uma metrópole altamente polarizada e segregada, uma segregação social “*que seria a forma atualmente determinante de relação das diferentes classes sociais com os valores de uso urbanos*”. (LOJKINE, 1997:190), onde cuja estratificação social denota uma estrutura territorial desigual, o baixo custo dos terrenos em áreas periféricas deu como resultado a concentração de vivendas populares nas aforas da cidade de Santiago, sem disponibilidade de empregos e de grandes infraestruturas urbanas. A política de vivenda gestada desde a ditadura militar chegou a fomentar em alguns locais (os de erradicação) da cidade um novo tipo de *poblador* pouco identificado com seu novo território, produto da perda da herança da tradição de luta dos seus padres e avós fundadores dos acampamentos erradicados.

Em termos políticos o Golpe Militar colocou fim à “*via chilena ao socialismo*”, ou seja a pretensão de avançar ao socialismo de forma pacífica e desde a institucionalidade vigente, mediante reformas estruturais. Esse fato surpreendeu aos *pobladores* em pleno processo de formação de suas *poblaciones* e inibiu todas as conquistas sociais e políticas alcançadas até aí, por meio da repressão. O disciplinamento social, se instaurou numa ditadura de quase 17 anos (11 de setembro de 1973 a 11 de março de 1990), que deixou como saldo milhares de detidos desaparecidos, executados, torturados, exilados e uma população empobrecida.

Nas *poblaciones*, especialmente as com mais tradição de luta, foram massivamente reprimidas e muitas lideranças sociais detidas e assassinadas ou desaparecidas. A repressão urbana desde o ponto de vista sociopolítico se dirigiu aos lugares simbólicos e mais relevantes na construção de uma identidade de classe e espaços de sociabilidade popular, esses foram as fábricas e as *poblaciones*.

As *tomas*, diminuíram consideravelmente nos primeiros anos da ditadura, mas não se extinguíram, Assim como, no começo dos anos 80`o movimento dos *pobladores* volta à cena política, com a velha arma de luta (as *tomas* de terreno), chegando a se realizar duas *tomas* na zona sul de Santiago que se mantiveram ativas pelo apoio da crescente oposição social e política, dos setores da igreja católica, num cenário no que a ditadura enfrentava uma severa crise econômica. Nesses anos começaram as jornadas de protestos nacionais (1983) e massivos convocados pelo movimento sindical e logo apoiada pelos partidos políticos e os *pobladores*, nasce também a resistência armada do partido comunista com significativa presença nos territórios populares as *poblaciones*.

A ação dos *pobladores* nos anos 80`se caracterizou por um lado pelas ações de ordem política, resgatando o potencial de luta e protesto neles, por outra parte ações de ordem econômica, fundamentalmente de sobrevivência, colocando em prática a ajuda mutua e solidariedade. Tendo em comum que os dois tipos de ações tinham um sentido de resistência ao regime e de apropriação do território

habitado, com altíssimos níveis de consciência onde a luta não acabava com a obtenção da vivenda, senão que, se ampliava ao exercício do direito à cidade e uma cidade democrática.

Nesse contexto o governo responde com mais repressão, mas encontrou uma oposição organizada e decidida por parte de alguns *pobladores* que tinham radicalizado suas reivindicações, confluindo com a maioria dos sectores populares na luta pelo retorno à democracia, assim os *pobladores* logram mitigar o cerco físico no qual as classes dominantes de Chile os segregaram e conseguiram participar dos espaços políticos historicamente marginados.

O movimento de “*pobladores*”, nome dado no Chile aos habitantes de assentamentos precários, foi um grande ator social no Chile do século XX. Durante os governos de Eduardo Frei (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973), as “*tomas*”, ocupações de terrenos, significava ao mesmo tempo um importante instrumento de luta política para os movimentos sociais desse país, e uma das principais formas, através das que se formou a periferia chilena e em especial a da cidade de Santiago do Chile. Desde esse período, o movimento dos *pobladores* se estabeleceu em quase a totalidade da cidade de Santiago, se conformando como um movimento social na luta pela moradia digna. Com o golpe militar de 1973, a luta por melhores condições de vida em “*poblaciones*”, assentamentos populares, de Santiago se conecta com a resistência à ditadura.

O presente trabalho, se refere a esse período tão difícil na história do Chile, o golpe militar e a ditadura de Pinochet, período no que o Estado do Chile, se bisando em lógicas liberais impostas na economia nacional, gerou uma serie de planos e projetos urbanos que estabeleceram as políticas que guiaram o processo de construção e desenvolvimento de as cidades do país. Essas lógicas, aplicadas às políticas urbanas permitiram a privatização do mercado do solo urbano e rural, a eliminação das normas vigentes sobre limites urbanos, a derrogação de uma serie de impostos e regulações urbanas, e a formação de um grande setor imobiliário privado, todo isso, enquanto o Estado era limitado a cumprir funciones subsidiarias no sistema.

Por outra parte, se desenvolveram outras ações por parte do Estado que

tenderam a reforçar essa nova forma de organização espacial da cidade, entre elas se encontram as remoções de famílias em acampamentos localizados nas zonas de maior valor do solo e seu conseqüente traslado principalmente à periferia urbana, assim como também, o processo de reforma da administração comunal e a reestruturação da divisão política administrativa da província de Santiago com a criação de novas comunas, baixo a lógica da homogeneidade social do território.

Este conjunto de ações estatais gerou nas zonas urbanas e sobre todo em Santiago (principal centro demográfico do país), pautas de segregação socioeconômica que derivaram na territorialização das áreas destinadas à população pobre e rica ao interior da cidade, o que qual afetou as perspectivas de integração social.

Nesta dissertação se pretende recolher os resultados da relação entre as estruturas institucionais (política urbana) e o movimento social (concentrando-se no movimento dos pobladores) no contexto imposto pela ditadura militar. Considerando assim, três elementos: o sistema político (militarizado), o movimento social e a interação de ambos, com que responde a três preocupações fundamentais.

A primeira delas, é dar conta das características essenciais de este tipo de regimes (ditaduras do cono sul) que se referem a uma etapa muito particular da história de América Latina, considerando aquelas características que tem a ver com o controle social e/ou a repressão das organizações sociais e o protesto popular.

A segunda motivação tem a ver com o desejo de reconstruir (ainda seja de maneira parcial) uma etapa da história do movimento dos pobladores, sobre o desfavorável clima imposto pela Ditadura Militar, onde as condições sociais, políticas e econômicas os explorava, criminalizava e os excluía das decisões que tinham relação com o ordenamento social y territorial.

E uma terceira preocupação/motivação é a interação entre as características estruturais e conjunturais do sistema político (especialmente a

política urbana) e a reconfiguração do movimento social. Nesse caso o objeto é compreender como o contexto político das condições para a aparição, desenvolvimento e resultado das ações coletivas de protesto e reconfigurações dos atores sociais.

A interação implica uma ação recíproca entre dois agentes, o movimento de *pobladores* pela sua vez, contribuiu a modificar o contexto político no que se desenvolvia a ação. Em esse sentido, não estamos frente a uma determinante unilateral (desde a ação governamental ao movimento dos *pobladores*), senão ante uma influencia mutua ainda que, em ocasiões, o segundo aspecto da determinação (é dizer, desde os *pobladores* ao sistema político) seja mais difuso ou esteja menos explicitado, precisamente pelos rasgos do regime ditatorial, autoritário e excludente.

O objeto central desse estudo é abranger a análise histórica do movimento dos *pobladores*, na sua dinâmica interna, assim como a estrutura estatal do regime militar procurando buscar a relação entre ambos a disputa pelo espaço urbano, e a participação política e social. Para isso, colocarei especial atenção aos lugares (físicos e teóricos) em que se põem como base para a relação de ambos atores políticos, aos eventos e as coyunturas em que entram participam seus respectivos representantes. Concentrarei-me no espaço temporal (1979-1984) que tem importância estratégica, pois é um período dentro dos extensos 17 anos de ditadura militar (1973-1990), no qual se executam uma serie de políticas e programas, além de, se oficializar a nova e atual Constituição Política do Chile, que no seu conjunto contribuiu à reestruturação e transformação social, política e econômica do país.

Realizar estudo de caráter histórico-social, num programa de Pós Graduação em História Social tem muito sentido com a temática escolhida e com certeza ele vem a contribuir na minha formação profissional e humana, onde o programa tem colaborado na entrega de ferramentas teórico metodológicas para realizar uma pesquisa com a rigurosidade que a disciplina da História exige. Por outra parte, desde o ponto de vista do serviço social (que foi minha formação de

graduação), a pesquisa se torna relevante, já que além de conhecer e aprofundar num período social e político do meu país, no qual os militares intervieram naquela realidade urbana, também existe a necessidade de conhecer e resgatar a resposta dada desde os sectores popular, entendendo ela como uma experiência de luta e transformação, compreendendo que o serviço social é produto histórico inserido nas dinâmicas de produção capitalista, é aí onde cobra sentido nossa atuação, na lutas das classes subalternas.

A compreensão da problemática que enfrenta e enfrentou o movimento dos *pobladores* na luta pela moradia e o direito à cidade, exige reposiciona-lo no seu contexto histórico espacial, no qual aconteceram mudanças no modelo econômico, na sua relação com o Estado e as próprias relações que ele teve com outros atores sociais (partidos de esquerda, igreja, sindicatos, etc.) e para isso me proponho alguns passos teórico-metodológicos. Primeiro analisar a particularidade da questão urbana, como parte integrante dos efeitos da questão social. Posteriormente o reconhecimento da base social do movimento. Logo o reconhecimento dos processos de resistência do movimento dos *pobladores* frente à ação do Estado, tal reconhecimento deve partir da compreensão da consciência segundo Gramsci è um mix de rebeldia e conformismo, ao respeito lamamoto afirma que:

*(...) o processo de produção como reprodução ampliada de relações sociais recria, simultaneamente, a consciência como alienação e a possibilidade de rebeldia por parte daqueles que vivem do trabalho ou dele são excluídos. O seu fundamento concreto está na tensão o trabalhador coletivo como objeto do capital, porquanto expressão do capital – nesse sentido sua propriedade- , e o trabalhador como sujeito criativo vivo e livre, capaz de reagir aos castigos do trabalho, de lutar contra sua alienação no processo de sua afirmação como sujeito político-coletivo” (IAMAMOTO, 2001:80)*

## Capítulo I - Estado e Questão Urbana

### 1.1 A Cidade e as origens da Questão Urbana

Para compreender a cidade é necessário visualizar e entender como os seus habitantes se organizam para viver coletivamente no espaço urbano e como eles constroem seu habitat.

O espaço é o resultado de uma história que deve se conceber como obras de agentes ou atores sociais, de sujeitos coletivos, operando por impulsos sucessivos. De suas interações, de suas estratégias, sucesso ou derrota, resultam as qualidades do espaço urbano. Se essa tese significa que a sociedade faz o espaço, todo está ainda por explicar, em termos de tipo de determinação específica. Mas ela vai mais longe: ela indica que o espaço, como toda a sociedade é obra sempre inédita desta liberdade de criação, que é o atributo do homem, e a expressão espontânea do seu desejo” (LEFEBVRE, 1999: 28)

O espaço o podemos entender como a base das relações sociais, da cultura, etc . E a cidade é o lugar onde se projeta a sociedade com a suas superestruturas, suas bases econômicas e as relações cotidianas. A palavra cidade reflete uma criação histórica particular de um ambiente que se transforma de acordo com as relações que são produzidas e reproduzidas nela. O contexto da cidade constitui um processo histórico em constante revolução, começando com a revolução industrial, podemos refletir sobre a sociedade industrial, ou, mais recentemente, sobre a sociedade urbana. Este termo trazido por Lefebvre definindo-o como "aquela que nasce da industrialização" (ibid, p.15), discute e problematiza a questão urbana como uma verdadeira revolução, nos moldes de outras revoluções.

A revolução urbana (...) enquanto conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à



sociedade urbana passará ao primeiro plano” (Ibid, pag.19)

Quando olhamos para o urbano, de forma estreita, não nos deixamos ver lo como campo de tensões e conflitos, como um lugar de confrontos e enfrentamentos, unidade de contradições. A revolução urbana caminhou e continua caminhando ao lado de outras revoluções, agrícola, científica, informativa, para o autor a revolução urbana não leva a ações violentas, no entanto, não as exclui e lhe chama a atenção os múltiplos problemas urbanos como *"problemática urbana"* (LEFEBVRE, 1999).

A cidade nos apresenta muitos significados, representações, símbolos, imagens, variando no tempo e no espaço, e respondem ou não às necessidades e as preocupações humanas, a este respeito a questão urbana é aquela que é baseada no espaço e a política do espaço refletindo as relações de desigualdades e as formas de resistência utilizadas pelos sujeitos como contraponto (ibid).

Agora vamos temos que colocar o uso do conceito de questão urbana dentro da compreensão da vigência do termo questão social para compreender as problemáticas da cidade, a questão social pode ser resumida como *"...o conjunto de expressões de desigualdades sociais engendrada na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais"* (IAMAMOTO, 2003:65)

A cada momento histórico a questão social vai adquirindo rasgos diferentes, mas desde um olhar crítico manterá sua causa central na contradição da sociedade capitalista, capital/trabalho, como se sintetiza no seguinte parágrafo.

*Entendemos que las manifestaciones concretas e inmediatas de la 'cuestión social' tienen como contraparte la ley general de la acumulación capitalista desarrollada por Marx en El Capital. O sea, las principales manifestaciones de la 'Cuestión Social' – la pauperización, la exclusión, las desigualdades sociales- son consecuencias de las contradicciones inherentes al sistema capitalista, cuyos trazos particulares van a depender de las características históricas de la formación económica y política de cada país y/o región". (PASTORINI, 2004: 97)*

A origem do uso da questão urbana se deve a F. Engels na descrição que fez sobre a cidade de Manchester (1845) que foi resgatado por H. Lefebvre (1999) no seu livro “A cidade do capital”, ao revisar os parágrafos citados por este autor, podemos ver a agudeza com que Engels analisou a relação entre capitalismo e cidade. No seu tempo, a degradação humana na cidade era identificada como uma desordem, como uma doença da sociedade, provocada pela invisibilidade de uma parte da população. Frente a essas reduzidas explicações. Engels vincula o pauperismo que aprecia ao recorrer a Inglaterra, dentro dos processos de transformação que estão se dando naquela hora na sociedade inglesa.

No primeiro momento constata que, quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens da aglomeração, ali se reúnem todos os elementos da indústria, os trabalhadores, as vias de comunicação, isso leva aos que ele chama de *“dupla tendência centralizadora”* onde relaciona a concentração do capital e a força de trabalho com a concentração urbana numas das premissas centrais sistem que o espaço urbano expõe a própria essência da sociedade capitalista). A contradição radical diz Engels em que, se bem *“é nas grandes cidades que a indústria e o comércio se desenvolvem mais perfeitamente; é igualmente aí que aparecem mais clara e manifesta as consequências que eles tem para o proletariado.”* (ENGELS, apud LEFEBVRE, 1999:12)

Aquela situação analisada por Engels é possível de ser apreciada no Chile ao momento do surgimento da intervenção do Estado em assentamentos precários. O surgimento dos assentamentos precários tem relação com os processos de migração campo-cidade devido à nascente industrialização que começa a se gerar nas cidades Latino-americanas principalmente a finais do século XIX e princípios do século XX, ou seja, *“A Questão da habitação pode ser apreendidas à luz do desenvolvimento capitalista que materializa no espaço da cidade os processos de trabalho”* (GOMES, 2005).

Considerando as particulares do Chile, os mecanismos que num comigo tem as classes trabalhadoras para aceder à moradia são; a) O aluguel de

vivendas coletivas, que terminam se multiplicando cada vez mais e em condições de extrema precariedade e b) As ocupações de terrenos.

No caso da cidade de Santiago, entre 1813 e 1875 duplicou sua população de 60 mil a 130 mil habitantes (ESPINOZA, 1988: 13), o que mostra a concentração populacional da que nos falava Engels. Com este acelerado processo de migração hacia a cidade, começam a se demonstrar a incapacidade que ela tinha para responder às necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Altos níveis de insalubridade, mortalidade infantil, condições laborais precárias (longas jornadas de trabalho e baixos salários produto do privilegio à extração da mais-valia absoluta por parte do capitalista). Esta situação de extrema pobreza também tem repercussões na paisagem da cidade, isto setores precários vão irrompendo dentro do espaço urbano que as classes dominantes da cidade haviam construído para seu habitar nela, o que vai da Mao com uma representação desses espaços como “perigrossos” e fora da lei e a moral. Nesse sentido são muito ilustrativos os discursos como o de um destacado médico do Rio de Janeiro; “*As Favelas não constituem puramente um crime contra a estética, elas são particularmente uma grave e permanente ameaça à tranquilidade e à saúde pública*” (PIMENTA, apud QUEIROZ, 2001: 1).

Estes fatores entre outros, vão gerando que o Estado comece a se inserir nos assentamentos precários da cidade. é dizer que a primeira estratégia com a que o Estado começa a sua ação, é de caráter repressiva para esses territórios e os seus habitantes, expulsando-los desse espaço, levando-los a lugares menos valorizados pelos sectores dominantes (começa a aparecer a importância do valor solo que configura o mercado imobiliário na cidade capitalista).

## **1.2 Estado Capitalista e a Política Urbana**

O capitalismo adquire formas particulares na cidades latino americanas e suas contradições se transformam em conflitos concretos, tales como podem ser as tomas de terreno, a partir de estes conflitos aparece o Estado capitalista cheio

de contradições e apresentando mecanismos que escurecem os processos de dominação social.

Desde esta perspectiva, a questão urbana não pode se entender por fora dos processos e as tendências próprias do capitalismo mundial. Nesse sentido uma possibilidade é compreender o espaço urbano como força produtiva que intervém na produção de capital e na reprodução das relações de produção. (LEFEBVRE, 1999)

Também se pode pensar o urbano como produto da circulação de valor, por lo tanto, baseado na exploração e cujas expressões são a desigualdade no acesso à cidade e a injustiça territorial. (HARVEY, 1997). Porém, o espaço urbano pode se analisar em termos de conflitividade, cujo estado permanente está condicionado pelos enfrentamentos entre forças políticas que lutam por criar, conquistar e controlar seus territórios.

Essas possibilidades de teorizar sobre a questão urbana se enquadram dentro de um enfoque crítico, cuja argumentação central é que as expressões urbanas da injustiça social são intrínsecas à lógica do sistema capitalista, na medida em que a cidade é o palco das lutas por conservar ou transformar a propriedade privada e muitas vezes monopolista do solo urbano.

No caso chileno é a mediados do século XX que se começa a vislumbrar uma ação mais articulada e consolidada de intervenção frente ao problema habitacional. Tal processo, não pode se entender como desvinculado das iniciativas de modernização política e econômica que se desenvolveu o Chile. O contexto era diferente ao que Engels presenciava quando andava pelas ruas de Manchester, se bem ainda se encontravam numa sociedade capitalista, tal modo de produção se encontrava numa nova fase de desenvolvimento.

Uma das principais diferenças é possível encontrá-las na importância que começa a adquirir o Estado na produção, a partir da instauração do modelo Keynesiano de Estado (que na América Latina teve um desenvolvimento parcial). Nesse momento onde se logra uma maior articulação entre a função econômica e política da intervenção do Estado.

*Los keynesianos afirmaban que los salarios altos, el pleno empleo y el Estado de Bienestar creaban la demanda del consumidor que*

*alentaba la expansión, y que bombear más demandas en la economía era la mejor manera de enfrentar las depresiones económicas". (HOBSBAWN, 1998:409)*

De acordo com a teoria da "seleção espacial", proposta por David Harvey (2004), a expansão geográfica e a exploração do território permite ao capitalismo minimizar sua tendência endêmica a gerar crise de sobre acumulação. Para este autor, com frequência se tem casos de ampliação, reorganização e reconstrução do espaço geográfico que proporcionam formas de absorção do capital excedente.

No Chile, as estratégias empresariais consideraram o solo metropolitano como um meio privilegiado para a valorização de seus capitais. Embora, segundo David Harvey (ibid.), o processo de acumulação capitalista atualmente pode ocorrer perante mecanismos primordiais, seja pela via da reprodução ampliada, seja por meio de mecanismos de acumulação por espoliação/despossessão. A acumulação por espoliação o despossessão, -nome dado por Harvey aos tipos de acumulação depredadora do capitalismo contemporâneo- revela uma ampla gama de processos, tales como: A privatização, a conversão de varias formas de direito de propriedade comum em propriedade privada, a abolição do direito de comunidades tradicionais; o imperialismo como uma forma de apropriação de ativos (inclusos os recursos naturais), ou incluso a dívida nacional e o sistema de crédito são meios de acumulação de este tipo.

A política de habitação no Chile possivelmente misturou ambas formas de acumulação capitalista. E ao parecer o processo que transformou o território das *poblaciones* objeto da apropriação privada estaria contido nos mecanismos de acumulação por espoliação. O longo processo de construção coletiva desses territórios, desde então, passou a ser revertido em nome da acumulação capitalista.

Pode-se destacar também que o papel do Estado chileno teve desde 1973 na implementação do modelo neoliberal foi paulatino e gradual e se deu através, de medidas econômicas que se traduziram numa serie de políticas sociais que começaram baixo a ditadura militar e se mantém até hoje. Una política económica que tiende à *"...contención de la inflación basada en la reducción del gasto Publico*

*creaba condiciones favorables para la política de privatización y en general para activar la transferencia de recursos públicos al sector privado” (MOULIAN, 1980:74)*

Segundo Lefebvre (1999), o Estado tem um papel chave no capitalismo, modificando a distribuição dos recursos e direcionando o valor criado no trabalho produtivo, para ele o poder político elabora diversas estratégias para direta ou indiretamente favorecer o processo de acumulação.

No caso particular do que poderíamos falar de “política urbana”, uma análise interessante é o que faz Jean Lojkine, na sua preocupação especial por entender quais são as funções que cumprem as políticas urbanas do Estado, compreendendo elas como:

*(...) contra - tendências produzidas pelo próprio modo de produção capitalista para regular, atenuar os efeitos negativos – no nível do funcionamento global das formações sociais – da segregação e da mutilação capitalista das urbes” (LOJKINE, 1997:199).*

Para esse autor, a intervenção do Estado se materializa em dois elementos; a) O financiamento que permitiu o desenvolvimento de todas as condições gerais da produção (meios de consumo e circulação) e b) O planejamento urbano que realizou uma coordenação Estatal da ocupação e utilização do solo urbano (controle das condições de higiene das vivendas operárias, construções de equipamentos, etc.), o que incluso nos países capitalistas da periferia foram importantes componentes de crescimento econômico, a partir da incorporação parcial e incompleta das ideias Keynesianas na administração do Estado.

Neste momento histórico da configuração da questão urbana, enquanto a ação sistemática do Estado tem logrado diminuir os níveis de precariedade na que se encontra aos habitantes dos assentamentos precários no Chile, se mantêm as desigualdades no acesso ao espaço urbano. A redefinição do papel do Estado no desenvolvimento econômico e social, não só se reflita nas políticas sociais em torno à vivenda, senão que também se aprecia na tendência ou modo de produzir a cidade.

As cidades se convertem no objeto de um urbanismo funcional que separa as funciones e determina normas a cada espaço, é dizer,

*(...) esta zonificación que busca separar nítidamente los lugares de vivienda y residencia de los lugares de trabajo se extiende también a otros sectores económicos (el comercio, servicios) y, obviamente, a las clases” (MATUS Y QUIROGA, 2001: 8).*

Estas transformações (e sua particularidade na América Latina) vão desenvolvendo um processo de:

*(...) segregación que distinguirá los espacios ocupados por las clases medias y altas, de aquellas clases obreras y finalmente de la pobreza urbana desocupada o incorporada a las actividades informatizadas” (MATUS Y QUIROGA, 2001: 8).*

Para compreender este fenômeno excludente é interessante a análise que faz Henry Lefebvre que retoma a ideia de “duplo processo” que estava presente na obra de Engels. Embora, Lefebvre consegue ir além da análise da dialética entre Industrialização e Urbanização. No contexto em que o urbanismo funcional começava a apresentar que algumas das suas promessas de solução de problemas urbanos não seriam cumpridas, Lefebvre mostra a própria contradição que a dialética Industrialização-Urbanização provocam no espaço urbano. Um exemplo disso, se aprecia naquilo que ele chama Urbanização Des-Urbanizante; *“ao interior da cidade se instala uma periferia dêsurbanizada e embora, dependente da cidade” (LEFEBVRE, 1991: 18)*

Se considerarmos o acontecido no Chile, é importante indicar que, se bem as tomas de terrenos são uma pratica que nesse país ocorrem desde o período Colonial, estas formas se acentuaram no século passado se expandindo além do tecido urbano.

*Desde la década de 1940, el parque relativamente estable de viviendas existentes en Santiago debió enfrentar una demanda abultada, producto del proceso de migración campesina. En estas condiciones de escasez de habitación, la consecuente carestía de los arriendos, la única solución para los sectores populares fue la ocupación de terrenos en forma de callampas, modo de acceso a la vivienda que desplazó progresivamente al conventillo” (ESPINOZA, 1988: 245).*

Frente a isto, os governos intentavam deslegitimar as nascentes ocupações, e incluso exercendo a repressão como mecanismo. Embora, tomando em conta a crescente magnitude do fenómeno, o Estado assume uma postura ambígua frente as tomas de terreno, onde começa a incorporar a elas dentro da principal estratégia dos governos chilenos desse período, o qual foi a articulação entre a modernização econômica e a solução habitacional. Devemos lembrar que se estava ante um Estado tinha um controle considerável sobre a atividade econômica e também, toma a iniciativa para o crescimento dela, assim entre 1958 e 1973.

si bien algunos gobiernos se sustentaron en el sector privado y otros en el público como motor de la producción de vivienda, en todos los casos la intervención estatal se transformó en un elemento central para el fomento de esa actividad” (ESPINOZA, 1988: 277).

Embora, para finais da década do 50`, as políticas apareciam como inadequadas pelo baixo cumprimento das promessas estabelecidas com os ocupantes (ESPINOZA, 1988).

### **1.3- A Política Urbana como intervenção social do Estado**

Um dos conceitos mais problemáticos de definir tem a ver com a Intervenção social do Estado. Ao referirmos à intervenção social do Estado, sem duvidada pensamos na ação do Estado, a través, da política social. Para nos aproximar ao conceito, podemos utilizar o assinalado por Corvalán;

*La intervención social del Estado a través de las políticas sociales, tiene, por lo general, un contenido socio-político en si misma, puesto que pretende varios objetivos sociales a la vez que se complementan y sirven de apoyo al modelo de desarrollo: regulación de los desequilibrios, estimulación del crecimiento económico, integración de la sociedad, control social, etc.”* (CORVALÁN, 1996: 4).



A partir dessa definição, podemos reconhecer a articulação com o modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado, exercendo funções que transcendem as melhoras que pretende realizar às condições de vida da população intervinda, explicitas nos objetivos da política social. Aquele vestígio que aparece na definição de Corvalán é necessário aprofundar, Que funções cumpre a intervenção social do Estado? Em esse ponto da definição se faz explícita uma eleição teórica para a compreensão da temática.

Nessa direção, a cidadania e as políticas sociais são vistas como a evolução dos direitos civis, políticos e sociais, entendidos como “*derechos naturales al hombre y la sociedad capitalista em curso*” (BORGIANNI e MONTAÑO, 2004:11). Se reduzem as políticas sociais como “...*absolutamente funcionales a la mantención del status quo y del orden social burgués*” (BORGIANNI e MONTAÑO, 2004:12), é dizer, um simples aparato ideológico do Estado que não representa outro interesse que não seja o da classe dominante.

Resulta interessante considerar os aportes realizados por Antonio Gramsci na sua concepção “ampliada” do Estado e reconhece as políticas sociais como uma expressão da *luta de classes*. Em palavras do próprio Gramsci;

*Esse estudo leva também a certas determinações do conceito do Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado monetário); e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional exercida através de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)” (GRAMSCI, apud COUTINHO, 1989: 76)*

Nesta definição, a dominação se joga também no campo da Sociedade Civil, espaço onde se tentam articular as alianças entre os distintos setores para exercer Hegemonia. Esta reflexão leva a compreender que, mais que o comitê executivo da burguesia, o Estado é “*un instrumento contradictorio de reproducción de las relaciones sociales y de acumulación del capital*” (MONTAÑO, in BORGIANNI e MONTAÑO, 2004: 13). É dizer, o Estado se insere dentro dos conflitos, incorporando certas demandas populares ainda que em forma subordinada dentro

da hegemonia das classes dominantes. A afirmação de Alejandra Pastorini é aclaratoria nesse sentido;

*De esta forma, las políticas sociales participan de la reproducción de la estructura política, económica y social (reproducción de las condiciones de dominación y subordinación y de las desigualdades sociales) y contribuyen para obtener la aceptación y la legitimidad necesarias para la mantención del orden social".*  
(PASTORINI, in BORGIANI e MONTAÑO, 2004: 219)

De esta forma, se identifica que a política social do Estado cumpre duas funções fundamentais; A) por um lado, uma *função econômica* que tem entre suas principais ações a redução dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho (prestação de serviços sociais), a contratendência ao subconsumo (programas de subsídios e subvenções a bens e serviços), todo isso, com a finalidade de ter como consequência as melhoras das condições de vida dos setores subalternos na medida em que não se contraponha ao aumento da acumulação e valorização do Capital. B) ademais, intervenção do Estado tem uma *função política* que permite institucionalizar e conciliar os conflitos (gerados pela capacidade de mobilização dos setores subalternos), fragmentando-os e corporativizando-os dentro dos marcos estatais, o que permite a manutenção da governabilidade do Estado e a legitimação dele.

Cabe destacar o caráter antagônico dos interesses que diferentes setores da população posem ao momento da elaboração de políticas, as quais são construídas na base da Hegemonias, num processo de confrontação e negociação onde um projeto político busca se levantar como dirigente e representativo dos interesses da sociedade como totalidade. Isso nos leva a compreender que na definição que realiza Corvalán sobre a intervenção social devemos reconhecer que a dimensão sociopolítica é um campo em disputa onde se conjugam definições distintas sobre o problema e sua vinculação com o modo de desenvolvimento vigente.

No entanto, reconhecendo essa dimensão estrutural que permite compreender a política social na sociedade capitalista, a intervenção social do Estado no caso dos assentamentos precários e com sujeitos populares, adquire

funções particulares a partir dos interesses presentes na sua configuração como política. Esta investigação pretende abordar uma problemática urbana entendendo ao Estado num sentido ampliado (sentido gramsciano) em relação com os sujeitos dos setores populares, que se constituíram em movimento social urbano e protagonizaram tomas de terrenos, como expressão das contradições latentes na lógica da concentração–desposesão do solo urbano, própria do sistema capitalista e que recuperam as diversas experiências de organização popular na luta por aceder à cidade, e o foco da análise é o governo da ditadura militar que levou a cabo uma racionalidade excludente na cidade capitalista, isto materializado numa política urbana concreta tendente a gerar segregação espacial.

#### **1.4 Estado Ampliado**

(...) todos los problemas espaciales poseen un carácter monopolista intrínseco. (...) En las sociedades capitalistas esta característica del espacio absoluto está instrumentalizada por la relación de propiedad privada, de modo que los propietarios poseen privilegios monopolistas sobre pedazos de espacio.” (HARVEY, 1997:67)

O Estado, nesse tipo sociedades é num principio o modo legitimo de organizar a violência de uma classe sobre outra, possibilita, e garante o monopólio do solo urbano. Questão que tende a se invisibilizar na medida, que o Estado se converte no modo de organizar a sociedade no seu conjunto. Se existe o Estado, é porque há contradição entre os interesses dos indivíduos singulares e o interesse comum, desde o ponto de vista político, o Estado e a organização da sociedade não são duas coisas distintas, o Estado é a organização da sociedade. (MARX, 2004)

A origem da lógica de acumulação por despossessão e do papel central do Estado nela, é o que Marx explicou como acumulação primitiva, é dizer, aqueles mecanismos de dissidência entre produtor e meios de produção. Nesse sentido destaca os mecanismos em que:

(...) se separa súbita y violentamente a grandes masas humanas de sus medios de subsistencia y de producción (...) y se los arroja al mercado de trabajo como obreros libres. Afirma que (...) la expropiación que despoja de la tierra al trabajador constituye el fundamento de todo el proceso” (MARX, 2004: 893-894)

De ai que a tendência histórica da acumulação capitalista seja a transformação dos meios de produção individuais e dispersos, em socialmente concentrados, isso quere dizer que a propriedade sustentada pelo esforço próprio é desprezada pela propriedade privada capitalista, que repousa na exploração do trabalho alheio. Poco a poco son los capitalistas los que se eliminan unos a otros y monopolizan la propiedad de escasa manos, al mismo tiempo que se aumenta la masa de miseria y su capacidad de rebeldía. (MARX, 2004).

A transmutação atual desta tendência é o que Harvey chama de acumulação por desposesão, que é como uma segunda volta da acumulação originária pranteada por Marx e que consiste na reprivatização de aqueles direitos que foram conquistados durante o Estado de bem-estar e que a estratégia neoliberal se encargou de cercenar. (HARVEY, 2004)

Quando os grupos subalternos tomam terras que legalmente não lhes pertencem, não só fazem visível a contradição entre o interesse particular e o interesse comum, senão que também questionam ao Estado como forma de organização da sociedade. Uma organização que paradoxalmente, requer ter escassez para produzir riqueza e que cria mecanismos e instituições específicas para preservá-la.

Então, a noção de estado ampliado é um aporte fundamental para compreender os processos de dominação nas sociedades capitalistas. E neste sentido Gramsci sustém a fórmula Estado= sociedade política + sociedade civil, o Estado deve avançar e se expandir sobre suas estruturas e superestruturas, criando espaços desde onde possa exercer sua direção política e cultural.

A unidade histórica das classes dirigentes se dá no Estado e sua história é essencialmente a história dos estados e dos grupos de Estado. Mas não devemos acreditar que essa unidade é puramente jurídica e política, ainda quando essa forma de unidade também tem importância e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por sua concreção, é o resultado

das relações orgânicas entre Estado e sociedade política e sociedade civil.” (GRAMSCI, 2004:491)

Desde esta perspectiva e em relação com a nossa problemática, o Estado não pode se reduzir à gestão administrativa da cidade, nem aos diferentes níveis de governo político, nem a seus aparelhos repressivos. Pois, numa totalidade mais complexa onde participam diferentes organizações e sujeitos sociais, que podem perpetuar ou resistir à dominação social.

De ali que Estado num sentido ampliado possa ser abordado simultaneamente como:

Un pacto de dominación mediante el cual una determinada alianza de clases construye un sistema hegemónico susceptible de generar un bloque histórico.

Una institución dotada de sus correspondientes aparatos burocráticos y susceptibles de transformarse, bajo determinadas circunstancias, en un actor corporativo.

Un escenario de la lucha por el poder social, un terreno en el cual se dirimen los conflictos entre distintos proyectos sociales que definen un patrón de organización económica y social.

El representante de los intereses universales de la sociedad y en cuanto tal, la expresión orgánica de la comunidad nacional”. (BORON, 2003:274)

A racionalidade instrumental do espaço urbano por parte do estado e das classes dominantes, ao mesmo tempo, que reforça à cidade como centro de poder e decisão política, faz que ela explode em mil conflitos (LEFEBVRE, 1991). Isto implica que a cidade e o urbanismo podem funcionar como sistemas de estabilização de um modo de produção concreto, mas a cidade pode ser também um lugar de acumulação de contradições (HARVEY, 1977), é neste sentido que a tomas de terrenos expressam a dialética urbana e se tornam um conflito político social inevitável.

Como todos os fenômenos sociais carregados de historicidade e conflictividade, não existe uma única maneira de se referir à tomas de terreno urbanas. Podemos encontrar conceitos que fazem referencia a esse tipo de fenômenos, mas com diferentes cargas significativas. Nesse sentido, considero que a palavra como signo ideológico é um espaço onde se expressam os conflitos sociais. E muitas vezes reforçam o caráter de violação ao direito da propriedade

privada, exemplo invasões, ocupações ilegais, usurpações, etc. implicando interpretação criminalizadora da pobreza.

Qualquer toma de terrenos em geral deixa ao descoberto a contradição de interesses entre os que possuem e que não possuem o objeto tomado, nesse caso a terra. Elas deixam ao descoberto as lutas sociais pelo acesso à cidade como espaço privilegiado de inclusão no sistema capitalista. Nos setores populares, a necessidade se acumula como a riqueza nas elites e com a acumulação de necessidades emergem buscas de reconhecimento dos direitos legítimos e as práticas políticas orientadas a conseguir transformações. Dessa maneira nas tomas de terrenos nos encontramos com formas de construção de poder desde abaixo, cujo desenvolvimento dependerá tanto das conjunturas econômicas, políticas, das formas subjetivas de se relacionar entre si, como com as estratégias de resistência frente aos mecanismos estatais de dispersão dos conflitos.

(...) los grupos más pobres tienen un poder singular -poder que seguramente la mayoría de ellos lamentan tener- en el sentido de que a los grupos más ricos de la sociedad contemporánea no les gusta tener que vivir en estrecha vecindad con aquellos. Por tanto el pobre ejerce una presión social que puede variar de forma de ir de su mera presencia, a través, de una exhibición de todas las patologías sociales que se encuentran relacionadas a la pobreza, hasta los disturbios." (HARVEY, 1997:180)

#### **1.4- Estado e Hegemonia**

Quando temos mobilizações nas cidades, tomas de terrenos, protestos, etc. Sabemos que não só se está pressionando ao Estado para dar soluções às diversas reivindicações, também se está comunicando com a sociedade. Mostrando a ela a importância que tem a ação e luta coletiva, valores, princípios de um grupo social determinado.

Mas por outra parte se tem as diversas técnicas e estratégias das classes dominantes para deslegitimar, reprimir e cooptar as mobilizações e os mobilizados. Para compreender aquela luta de ideias, para que uma classe

ideologicamente e culturalmente lidere a outra, Antonio Gramsci nos entrega algumas luzes com seu conceito de *Hegemonia*.

Quando Gramsci começou a estudar os processos revolucionários para contribuir com o avanço da luta dos trabalhadores do norte da Itália na primeira metade do século XX, percebeu que já não podia olhar só ao Estado como poseedor do poder político sobre as massas, entendeu que atuavam também forcas institucionais que tinham muita legitimidade junto à população e construíam discursos unificados.

Assim podemos compreender duas partes que compõem a superestrutura, por um lado a sociedade política, cuja principal característica é poseer os mecanismos utilizados pelas classes dominantes para obter o monopólio da violência, e que está unida aos aparelhos repressão. Por outra parte a sociedade civil composta por instituições responsáveis pela difusão de valores e idéias através, de elementos simbólicos. Estes dois elementos articulados formam o Estado ampliado e buscam a construção de consensos de classe.

Gramsci ao estudar as diferencias entre as sociedades orientais e ocidentais, percebe que as condições para a revolução socialista nos países de ocidente seriam diferentes das de Rússia em 1917, o que levou a fazer análise sócio histórico para aprender as formações sociais no nível político, econômico e cultural, para compreender ao Estado capitalista nas suas especificidades. (SIMIONATO, 2004)

No oriente, o Estado era tudo e sociedade civil era primitiva e gelatinosa, no ocidente entre estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: e um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas." (GRAMSCI, apud SIMIONATO, 2004:40)

Em oriente o Estado era tudo e o processo revolucionário consistia na conquista imediata do Estado, através da chamada guerra de movimentos, devido à fragilidade da sociedade civil. Mas em ocidente a confrontação se dava entorno da conquista da hegemonia, a ser conseguida no espaço da sociedade civil, por

meio da guerra de posição. Para Gramsci a guerra de posição tem relação ao processo de luta pela conquista da direção político ideológico e do consenso da população como caminho para chegar ao poder. (SIMIONATO, 2004)

A conquista do Estado pelas classes subalternas deveria se dar inicialmente e de forma processual, em torno ao acúmulo de conquistas na sociedade civil. A guerra de posição em outras palavras deve construir outra cultura, buscar vencer na luta das ideias para acumular forças para a tomada do Estado. Este seria um passo importante para provocar quebres no interior da direção política e ideológica do grupo hegemônico e assim promover a participação consciente da classe trabalhadora.

A ideia da guerra de posição tem seu centro na questão da hegemonia, na questão das alianças de classe. Nos países ocidentais, a conquista pela hegemonia deve preceder a conquista do poder e ainda no poder a classe trabalhadora deve continuar sendo classe dirigente.

“Um grupo social pode e deve ser dirigente antes da conquista do poder (e esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder) depois, quando exercita o poder e também o tem fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser dirigente” (GRAMSCI, apud SIMIONATO, 2004:43)

Isso quer dizer que a classe só pode ser dominante quando já é dirigente, quando já se posse o consenso da maioria da população trabalhadora. Essa é a grande aquisição teórica dos últimos anos de Antonio Gramsci em liberdade, é o grande tema que leva para o cárcere e que logo servirá como fio condutor de suas reflexões de madures. (COUTINHO, 2007).

O problema da hegemonia, da conquista do consenso, torna se aqui o problema central da estratégia gramsciana de transição para o socialismo. Condição para conquistar a hegemonia é que o proletariado abandone a mentalidade corporativa, que se expressa no reformismo, deixando de defender apenas seus interesses imediatos, grupais, convertendo se assim em classe nacional, em classe que assume e faz suas reivindicações das camadas trabalhadoras e, em particular, no caso concreto da Itália de então das massas camponesas meridionais.” (COUTINHO, 2007:68)



A hegemonia é para Gramsci o momento do consenso, em que “a batalha das ideias –o diálogo e o confronto cultural- assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia” (COUTINHO, 2007). Gramsci entende hegemonia como direção intelectual e moral, em que essa direção deve se exercer no campo das ideias e a cultura, expressando a capacidade de uma classe de conquistar o consenso. (SIMIONATO, 2004)

O conceito de hegemonia resalta a capacidade de uma classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle dos meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas principalmente por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, ideológica, intelectual e moral da sociedade.

Se a hegemonia diz relação à direção intelectual e moral, ante toda a sociedade uma crise de hegemonia se caracterizaria pela perda de consenso.

*(...) se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais dirigente, porém unicamente detonara da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separam das ideologias tradicionais, que não creem no que criam, etc. a crise Consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer” (GRAMSCI, apud COUTINHO, 2007: 153-154)*

A sociedade civil se torna em portador material da função social da hegemonia. E está composta por organismos relativamente autônomos em relação ao Estado. Esses organismos buscam a construção de consensos de classe. Dessa forma se vão configurando os aparelhos privados de hegemonia e assim, buscam naturalizar a relação de dominação de uma classe sobre outra. A construção de hegemonia se da, por tanto, através de coerção (força) aliada ao consenso.

O autor dos cadernos deu-se conta de que, no capitalismo mais recente, surgiu uma esfera nova do ser social, que ele chamou de sociedade civil, ao contrario de Marx, a sociedade civil não designa nele o mundo das relações de produção, nem se identifica com o estado stricto sensu. A sociedade civil gramsciana é formada pelo conjunto do que ele chamou de aparelhos privados de hegemonia e sua gênese nos processos de socialização da política”. (COUTINHO, 1889: 47)

A teoria de hegemonia faz parte de um sistema teórico utilizado por Gramsci para pensar sobre os processos de estruturação e reprodução do poder de uma classe, e por tanto, não deve ser pensada de forma isolada de outras categorias, tais como sociedade civil, poder e dominação, senso comum, guerra de posições, bloco histórico, revolução passiva, entre outras. Para estudar hegemonia Gramsci não partiu de uma concepção economicista, nem mecanicista sobre a sociedade, pois seu interesse central era o de construir uma elaboração teórica que servisse de alternativa e complemento teórico do marxismo em relação a temas como poder, Estado e revolução. Ao enfatizar o componente ético cultural da hegemonia, Gramsci não deixou de lado o necessário componente econômico nela.

*Se a hegemonia é ético política também é econômica. Não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo central da atividade econômica” (GRAMSCI; apud SIMIONATO, 2004:48)*

A hegemonia de uma classe não pode ser reduzida à articulação das ideias e discursos, nem à hegemonia econômica se restringe a ter a propriedade dos meios de produção. Há uma relação dialética entre economia e política, entre hegemonia econômica e hegemonia cultural-moral, em que a burguesia organiza todo o processo de produção da vida social, em função da produção da mais valia, o que inclui desenvolver uma subjetividade consumidora do capital

## Capítulo II – Os Pobladores como Movimento Social Urbano da Cidade de Santiago.

### 2.1.- Movimento de pobladores como Movimento Social Urbano.

Na América latina, a partir do início do século XX viveu um processo de migração campo cidade, onde os novos pobres da cidade realizam diferentes estratégias para abastecer a ausência de moradia. No Chile e especialmente na cidade de Santiago os cortiços foram a forma coletiva de dar solução ao déficit habitacional, logo os *pobaldores* buscaram novas alternativas, vem sucessivas ocupações de terra que foram configurando amplos setores de resistência ante o conflituoso acesso à cidade.

Las tomas de sitios, invasiones, ocupaciones ilegales, es decir, la apropiación del suelo urbano sin respetar las leyes que protegen la propiedad privada o fiscal, vienen ocurriendo en América latina como arte constitutiva del proceso de urbanización a lo largo y ancho del siglo XX. En unos casos dan origen a “favelas” como en Brasil, “pueblos jóvenes” en Perú, “villas miserias” en Argentina y “poblaciones” en Chile. Se trata entonces, de estrategias compartidas por los sin casa o los más pobres de las principales ciudades latinoamericanas, pero más ampliamente y como han indicado algunos estudios, propias de las grandes ciudades del tercer mundo” (GARCÉS, 2002:4)

São muitas as tomas de terreno no Chile e na América Latina, o que evidencia conflitos e movimentos sociais que defendem a posse da terra e o direito a moradia, assim como o direito à cidade e todo que isso implica. Os chamados movimentos sociais urbanos, são formas de contestação direta, não só em relação ao poder econômico das classes dominantes, senão também ao modo de reprodução do conjunto da formação social de uma sociedade.

Estos movimientos populares acabam por colocar em xeque as formas de apropriação da cidade, lutam contra a concentração da terra urbana e pelo acesso a moradia e equipamentos urbanos. (KOWARICK, 1979). Por tanto, os

movimentos sociais urbanos participam das mudanças sociais e históricas de nossos países e junto com o apoio e coordenação com outras organizações podem construir transformações sociais e incidir nas decisões de um determinado governo de um país.

No Chile, a consolidação do capitalismo implicou a deterioração na qualidade de vida dos mais pobres das grandes cidades, a classe trabalhadora solucionou seu problema habitacional alugando cômodos em cortiços ou na formação de “poblaciones callampas” na beira dos rios urbanos que Kowarick (1979) denomina “espoliação urbana”. O autor nos disse que as demandas populares, suas reivindicações podem se agotar na medida que são ou não atendidas, vazando em alguma medida os movimentos ou por outro lado podem se transformar em lutas sociais propriamente tal, dependendo de como o movimento se desenvolve com as outras forças ou grupos sociais envolvidos nesse processo.

São as experiências vividas, as possibilidades de interação social, as possibilidades de compreender as questões específicas relacionadas com as questões mais gerais e vão permitir a transformação de um simples movimento reivindicativo num espaço de luta social. Num projeto transformador os problemas são relacionados à divisão social do trabalho e as injustiças sociais, as questões estruturais são retomadas, pois ao final o que se objetiva é a transformação da sociedade. Em geral o ponto de partida do movimento é específico, mas os participantes vão adquirindo consciência de que as questões da desigualdade ou da injustiça social não serão eliminadas apenas com a resolução de esses problemas específicos.

De acordo com Gohn (2006), a partir das práticas de resistência, provenientes da experiência cotidiana no trabalho e na moradia, se constroem os elementos de um projeto futuro libertador, que nega as experiências clientelistas do passado. As reivindicações emergem no cenário urbano devido ao processo de empobrecimento das camadas populares e das contradições produzidas pela urbanização capitalista. Alguns de esses movimentos propõem novas formas de administração pública, com participação popular na gestão democrática dos

serviços públicos, a partir da compreensão de são equipamentos coletivos, públicos e não estatais nem governamentais (GOHN, 2006)

É por isso que se bem a luta pela moradia tem sido a mais masiva e importante não tem sido a única luta do movimento popular no Chile, pode se dizer que se bem a demanda pela moradia tem sido a mais visível e a que de fato deu origem ao conceito de “movimento poblacional” (SALAZAR,1990).

Se o conceito de movimento social urbano trazado por Castells, por um lado é amplo e formal, do outro abre erpetivas do ponto de vista de dominado, para dar conta da consideração das multiples determinações

“Por movimento social urbano se entede um sistema de praticas que resulta da articulação de uma cojuntura definida, a um tempo, pela inserção dos agentes suportes na estrutura urbana e na estrutura social, e de natureza tal que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a trasnformacao estrutural do sistema urbano, ou para uma modificação subtnencial de correlação de forças na luta de classes, ou seja em última instancia, no poder do Estado” (CASTELLS, 1974: 113)

Os estudos de Castells (1974) também revelaram a existência de alianças de classes e de cooptação de movimentos pelo Estado, mas sustenta que o caminho a ser percorrido é o de buscar o rompimento da hegemonia das classes dominantes a partir de estratégias fundadas na conceição de que as contradições urbanas são uma expressão direta e lógica do capitalismo monopolista, reafirmando por conseguinte o caráter de oposição entre o *poblador* e o Estado.

Jordi Borja, também pioneiro nesses estudos, também defendia a idéia que a emergência de os movimentos sociais urbanos se explica pela presença das contradições urbanas. Para ele tais movimentos reivindicativos urbanos são as ações destinadas a evitar a degradação das condições de vida para a obtenção delas e as novas necessidades.

“...esas acciones en conformacion con el Estado, dan lugar a efectos urbanos (modificación de la relación equipamente-poblacion) y políticos (modificación de la relación de la población con el poder político en el sistema urbano) y específicos, que pueden llegar a modificar la lógica del desarrollo urbano” (BORJA, 1975:19)

Jean Lojkin (1997), numa posição mais rígida, mesmo considerando a importância das contradições urbanas no processo de luta de classes no capitalismo monopolista, preferiu não fortalecer a ideia que valoriza os movimentos urbanos de base policlassistas, tal como fazia Castells, ressaltando que as contradições urbanas se originam do processo de produção propriamente tal e não na esfera do consumo, este autor usa aproximações teóricas e políticas entre o urbano e a classe trabalhadora, surgindo que a mesma deba tomar para si os programas de luta que incluem reivindicações de natureza urbana.

Quando nos referimos aos movimentos sociais urbanos, é necessário lembrar que eles são comumente designados como populares. Não que sejam unicamente populares, mas esta é a referência fundamental, que caracteriza a maioria dos movimentos reivindicativos urbanos. O caráter da organização popular é político (GOHN, 2006), já que a mobilização é de enfrentamento ao status quo, diferentemente de outros movimentos reivindicatórios que envolvem outras classes ou camadas mais afastadas da população. Ainda em relação aos movimentos populares urbanos, não se pode buscar uma unanimidade de atuação entre os diversos grupos existentes.

Alguns grupos lutam contra o Estado e as instituições constituídas, entendendo que a resolução de seus problemas só se efetivara numa sociedade mais igualitária, inserindo por tanto o movimento no contexto da luta revolucionária que aspira à transformação do sistema político.

Os movimentos sociais urbanos em geral atuam sobre uma problemática urbana relacionada com o uso do solo, com a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos. Por tanto, movimentos por moradia, pela implementação ou melhoria dos serviços públicos, como transporte público de qualidade, saúde ou educação, são exemplos de movimentos de reivindicatórios urbanos de caráter popular, relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania.

Entretanto, convém lembrar que alguns movimentos, não são basicamente ou unicamente populares e nem unicamente urbanos. Ficaram conhecidos como os novos movimentos sociais, que identificam novas formas de opressão,

relacionadas à cidadania e aos direitos universais. Referem-se desde as reivindicações mais gerais até as mais específicas: movimentos por direitos civis, ambientais, por direitos de grupos etários, de gênero, étnicos, religiosos, sexuais, etc. são reivindicações diferentes daquelas produzidas pelas relações de produção capitalista.

São movimentos, que após os anos 70' surgiram na Europa com a crise do Estado de Bem estar social e da própria sociedade industrial, empreendidos principalmente pela classe média e relacionados às questões de gênero, ambientalistas, sexuais, entre outras.

Nesta época, na América Latina, os movimentos sociais com características populares, tomaram conta das ruas dos grandes centros urbanos, em geral participando, através das reivindicações específicas, da luta política mais geral, contra as ditaduras militares existentes nos principais países da região.

Esses movimentos populares acabavam por colocar em cheque as formas de apropriação da cidade, lutam contra a concentração da terra urbana, ou pelo acesso a moradia ou aos equipamentos urbanos (KOWARICK, 2009). O empobrecimento, a espoliação urbana ou a opressão política nada mais são do que as matérias primas para as reivindicações populares, que podem esgotar-se na medida em que são ou não atendidas, esvaziando o movimento. (KOWARICK, 2009).

Considerando as experiências no Chile dos movimentos sociais, principalmente das décadas de 1960 e 1970, se pode dizer que eles assumiram em alguns casos características reformistas e em outros características transformadoras, relacionados a problemáticas mais imediatas e específicas ou problemas mais gerais.

Os projetos reformistas, em geral se desenvolvem a partir dos interesses das classes dominantes, por iniciativa do poder público e também coexistindo junto a certas parcelas do movimento popular. Aqui a participação, se limita apenas a consultas para o conhecimento das opiniões da população envolvida. No projeto transformador os problemas são relacionados à divisão social do trabalho e as injustiças sociais. o ponto de partida geralmente é específico, mas os participantes

vão adquirindo consciência de que as questões da desigualdade e injustiça social não serão eliminadas apenas com a resolução dos problemas específicos.

De qualquer forma os movimentos populares urbanos podem contribuir para a conquista de espaços efetivos de participação popular no interior da sociedade civil. Podem contribuir para a modificação da lógica da apropriação e uso do espaço urbano, a traves da alteração das leis de uso e ocupação do solo, ou para a conquista de tarifas diferenciadas pelos serviços públicos.

Gohn, diz que a atuação dos movimentos populares pode auxiliar na formação política das camadas populares, construindo uma contra hegemonia popular ao gerar amebriones de um poder, que mesmo não derrubando o capitalismo pode alterar as decisões impostas pelo bloco hegemônico.

## **2.2- Formação social, histórica e espacial de Santiago do Chile.**

### **2.2.1- Localização Geográfica**

A cidade de Santiago, capital do Chile, se encontra localizada ao interior da região administrativa chamada de Região Metropolitana, que atualmente é uma das 15 regiões em que se divide o território nacional do Chile.

Sua área regional é de 15.403,2 km<sup>2</sup>, o que representa o 2,05% do total do território do país, isto faz com que seja a região do menor tamanho no Chile e a única sem aceso ao mar.

Geograficamente a região está constituída por três unidades básicas do relevo que são: A cordilheira dos Andes, a cordilheira da Costa e a Depressão Intermédia. As duas primeiras unidades orográficas deixam a região sem litoral costeiro, formando uma espécie de caixão rodeado de montanhas onde se desenvolve o sistema urbano metropolitano tendo como núcleo a cidade de Santiago.





boa qualidade agrícola e o crescimento sem freios da cidade o que traz uma série de problemáticas.

### **2.2.2- Migração campo cidade**

As migrações campo cidade no Chile se aprofundam devido a crise na economia nacional produzidas pela baixa no preço de algumas matérias primas de exportação (carvão, salitre, etc). O Chile baseou sua economia produtiva na exportação de materiais não manufaturados. Com o desenvolvimento da indústria do país, os trabalhadores do campo foram deixando as fazendas em procura de outras oportunidades no médio urbano ao ter se diversificado a produção nas cidades. Isto não se viu atendido pelos efeitos da guerra do pacífico (1878), nem com a massiva contratação de obreros na salitreras de *Antofagasta e Tarapacá* adquiridas ao término da Guerra (DE RAMÓN, 2007).

No século XIX o crescimento da cidade de Santiago devido às migrações gerou uma quantidade de moradias precárias nas beiras do *Rio Mapocho* (DE RAMÓN, 2007). As propriedades rurais se dividem em lotes e se alugavam a famílias pobres, os que construía a sua casa usando como solo a própria terra, o que gerava alagamento nos dias de chuva, e como a migração vai em aumento, os setores mais pobres procuraram aluguel nas áreas centricas abandonadas pelas classes medias, se convertendo e multiplicando os cortiços.

Finis dos anos 20' do século anterior o Chile tinha experimentado um relativo crescimento econômico manifestado no investimento estatal de prestamos e créditos externos para a criação de obras públicas que permitissem o crescimento da zona central do país, como eixo da economia nacional (DE RAMÓN, 2007). Porém com a depressão mundial de 1929 que repercutiu no Chile também, caem os preços das matérias primas chilenas nos mercados internacionais. A mineração teve um desemprego de mais de 60.000 trabalhadores que migram para os grandes centros urbanos, a agricultura também sofre devido à queda das exportações de matérias primas. Posteriormente, a

criação da “*Corporación de Fomento para a Producción*” CORFO em 1939, que vem a fomentar a produção industrial nas principais cidades, aparece como fator de atração de população à cidade. O déficit de moradia se agudeza, pois nem os cortiços podem albergar as massas de migrantes.

### **2.3- Surgimento do Movimento dos *Pobladores* e sua luta pela moradia e a cidade.**

Para entender o desenvolvimento do movimento dos *pobladores*, é fundamental considerar os detalhes do percurso da sua luta pela moradia no longo da história contemporânea do Chile.

Considerando que dita luta vai da mão com o desenvolvimento do capitalismo no país, pois a transformação da economia colonial para economia capitalista, a ausência de moradia para os setores populares tem sido permanente.

Desde longa data os pobres da cidade e do campo sofrem pelas condições precárias de existência, mas o déficit de moradia se agudeza a partir do desenvolvimento da indústria, que trouxe aglomerações urbanas e falta de moradia para os trabalhadores.

Durante o século XIX os setores populares estavam conformados principalmente por camponeses que começaram a se deslocar para as principais cidades, se encontrando diferentes classes sociais habitando o e espaço urbano. Paulatinamente foram desplazando os mais pobres para a periferia da cidade, aonde se vem na obrigação de alugar terrenos para se instalar com as suas moradias.

Produto da carência de moradias e ausência de uma produção massiva de moradias para os mais pobres, o sistema de aluguel chegou a ser a principal solução para os pobres.

### 2.3.1- As Ligas de Locatários

A primeira organização em torno da demanda por moradia se encontra nestas ligas, criadas em 1914, onde se manifestou a demanda urbana pelo acesso a moradia e as melhores condições de vida. Estas surgem como resposta ao alto custo de vida para as classes populares que não podiam pagar aluguel.

Las ligas de arrendatarios nacieron como una organización especializada en el tema del consumo, vinculadas a una agitación en encarecimiento de la subsistencia. Si el marco político de su surgimiento fue la disputa en torno al modelo de desarrollo, el marco económico fue la movilización contra la inflación” (ESPINOZA, 1988:54)

Estas ligas agrupavam principalmente operários desempregados e o objeto delas era conseguir isenção do pago de aluguel.

A ação mais importante do período foi a greve dos locatários de 1925:

Los arrendatarios a lo largo del país dejaron de pagar sus arriendos durante seis meses, en protesta por el alza de los cánones. El gobierno trató de encauzar el conflicto a través de los Tribunales de la Vivienda, mientras algunos sectores políticos buscaban en la huelga el germen de una “revolución social”. Sin duda, se trató de las manifestaciones de protesta más relevantes, masivas e impactantes del período” (idem:79)

Com a greve os mais pobres da cidade irrompem na vida pública com demandas mais politizadas, que se viram fortalecidas pela crise econômica e de forma autônoma aos partidos políticos.

Com estas mobilizações, ditou uma lei que estabeleceu tribunais de vivenda que não deram resultado. Com o tempo estas ligas desapareceram, já que o governo foi negociando individualmente com cada locatário, e com isto não conseguiram radicalizar a sua luta.

Na década dos anos 30', e logo do fracasso da greve e das tentativas de reivindicações das ligas, os locatários optaram por comprar e para isso solicitaram ajuda ao Estado, pela primeira vez se opta pela propriedade individual à casa própria, ainda que considerada esta como um bem de serviço e não como um direito, para isto não houve mobilizações que confrontassem ao Estado, senão subordinado a este e a ação do movimento sindical.

Por outra parte temos um processo muito importante que foi a migração campo cidade. O processo de *descampesinización* (SALAZAR, 1985) e fechamento das minas do salitre nos anos 30', provoca uma grande migração em direção das cidades, ou que levou a gerar um círculo de pobreza nos perímetros urbanos. Os camponeses q foram chegando na cidade se enfrentaram com a falta de moradia, o que vem agudizar ainda mais esta problemática.

### **2.3.2- O surgimento das “*poblaciones callampas*” e Partidos Políticos**

Assentamentos urbanos precários resultados da ocupação de terrenos por famílias de migrantes ou de expulsos do centro da cidade pela demolição dos cortiços, ocupando de preferência as beiras dos rios da cidade.

Passando a primeira metade do século XX, temos que a luta pela moradia toma um novo rumo. Nos anos 40' o Estado assume o novo papel na intervenção social, com a industrialização do país o Estado começa a tentar resolver os problemas sociais, na lógica do Estado de bem estar, começa a desenvolver programas de habitação social. No governo do Frente Popular (composto por radicais, socialistas e comunistas) se usou a consigna “pão, teto e abrigo”, mas não passou de ser uma simples consigna, já que a construção de moradias populares teve uma queda desde começo dos anos 30, privilegiando moradias para as classes medias.

A problemática de escassez se foi agudizando com a chegada de mais pobres na cidade sem ter uma casa para comprar ou alugar, produto da crise do modelo primário exportador e um desenvolvimento industrial que acabou

expulsando aos camponeses das suas terras e por outra parte o Estado incapaz de resolver a problemática de ausência de moradias na cidade.

Neste contexto que surgem as “poblaciones callampas”, que se localizavam na beira dos principais rios da cidade. (*Mapocho e Zanjón de la Aguada*), para poder obter água. Para constituir uma população callampa não era preciso pertencer a uma organização previa, já que se foram conformando pela livre e espontaneidade da vontade dos mais pobres da cidade, mesmo que nela se manifestasse um nível mínimo de organicidade.

A *población callampa* se constitui naquele período como a principal forma que tinham os pobres urbanos de resolver a falta de moradia e espaço para expressar a demanda pelo teto frente ao Estado e suas políticas habitacionais ineficientes. Nesse contexto se começam a gestar as primeiras organizações de sem casa, situação que começa a levantar o interesse dos partidos políticos, para instalar bases nesse espaço de luta que começa a tomar forma. (principalmente Partido Comunista PC e Partido Socialista PS). A lei de defesa da democracia no final dos anos 40, expulsa o PC do Frente Popular, como isto o PC começa a participar na formação dos comitês dos sem casa, os quais se conformam como uma forma de organização popular ao longo do século XX. Os pobladores, começam a se mobilizar com o apoio dos partidos políticos

El año 1946 es señalado como un límite aproximado del inicio del proceso de ocupación de terrenos por la movilización organizada de grupos de pobladores con el apoyo de partidos políticos obreros. Comienza la acción colectiva de los pobladores. Los trabajadores y los cesantes de sin casa organizan los Comités Sin Casa, toman terrenos fiscales o de bajo valor comercial y construyen allí con sus propios recursos sus viviendas”. (VALDÉS, 1987: 267)

### **2.3.3- “La Victoria” e o começo das tomas de terreno.**

O problema dos sem casa foi cobrando relevância a partir da metade do século XX e o problema da moradia foi tomando maior peso e significado político, onde o Estado já não pode se manter ao margem desta problemática.

El problema de la vivienda popular se convierte en una de las preocupaciones principales de los gobiernos, siendo Ibáñez quien lo eleva al rango de tema programático en su campaña electoral. Crea la CORVI (1953) y formula un plan nacional de la vivienda con el fin de eliminar las poblaciones callampas existentes y construir viviendas adecuadas". (idem: 268)

As políticas urbanas orientam as reivindicações dos sem casa para o aparato estatal, onde os partidos políticos passam a ser interlocutores, mas o Estado segue sendo incapaz de resolver a demanda por moradia e os pobladores começam a resolver a falta de moradia.

*Mientras el conflicto político en los tiempos de Ibáñez se dirimía en los términos de los partidos, la vida social también evolucionaba en el Zanjón (...) llegaron obreros de mayor trayectoria política que decían que si los habitantes del Zanjón no tomaban conciencia y se organizaban iban a poder salir de su condición de miseria y marginalidad. Fue en este contexto, que comenzaron a organizarse comités por cuadras o por sector y a realizarse reuniones, conversaciones y coordinaciones con políticos de izquierda, especialmente con el PC y PS". (GARCÉS, 2002:126)*

Logo de um incêndio que destróçou parte de uma *población callampa* na beira do Zanjón de la Aguada, surge a idéia entre os danificados de ocupar um terreno próximo chamado "Fundo La Feria". Assim, o día 30 de outubro de 1957 os pobladores do "Zanjón" se tomam os terrenos e conformam a "Toma de La Victoria", o que marcou um fato histórico para os comitês sem casa da cidade na luta pela moradia, o *poblador* como novo ator na política, começa a ter seu local de fala.

(...) la solidaridad de los más diversos sectores de la vida nacional con los ocupantes de los terrenos de La Feria fue un hecho nuevo, expresión de la vinculación. En este caso se estableció una diferencia entre la acción asistencial hacia los pobres y el apoyo activo a ellos en pro de una solución a su situación. Estas muestras solidarias, a la par que ponían el problema de los pobres de la ciudad en primer plano, legitimaba la ocupación de terrenos". (ESPINOZA, 1988:257)

Além de ser uma conquista histórica “La Victoria” vem a fortalecer a identidade e dignidade para este movimiento que vem crescendo aceleradamente, o movimento dos pobladores. Começa agora uma nova etapa onde a toma de terreno começa a ser concebida como uma ferramenta de luta válida e legítima pelos pobladores para pressionar ao Estado. E com isto a ideia de que o acesso a moradia começa pelo acesso a um terreno na cidade, e a autoconstrução como estratégia para obter a casa. Por outra parte se vai forjando uma identidade pobladora, baseada no fato de habitar um mesmo local, com uma mesma história de luta e o autoreconhecimento do poblador como o pobre da cidade com direitos a ser garantidos.

Ainda o movimiento se mantém mediado por Partidos Políticos, especialmente o PC, quem subordina a luta pela moradia à luta da classe operária.

Neste período, o Estado reage criando programas de moradia, em 1959, no governo de Alessandri se criou o “Plan Habitacional DFL-2”, o qual tinha como objeto a remoção das poblaciones callampas ubicadas nos rios Mapocho e Zanjón de la Aguada. Produto desse plano nascem novas poblaciones como *Lo Valledor*, *San Gregório* na zona sul da Cidade. Em 1960 *poblacion José María Caro* e com isto os pobladores acedem por primeira vez à moradia e surge assim o conceito de habitação social (GARCÉS, 2002). Posteriormente o governo Democrata Cristão de Frei cria o programa de “*Promoção Popular*” para ajudar a integrar à população considerada marginal ao sistema.

No obstante, todas estas medidas não solucionavam o problema de fundo, que era o da carência de moradias que em esse momento tinha aumentado consideravelmente. Considerando que ao problema do acesso a moradia se somavam as necessidades pela educação e saúde, entre outras.



### 2.3.4- Os pobladores e o governo dos anos 60´

Logo do avanço dos pobladores na política nacional, suas problemática e demandas começam a tomar relevância social desde diferentes pontos de vista.

Nos anos "60, os intelectuais da social democracia criam a teoria da marginalidade para explicar a pobreza e temas relacionados comas problemáticas da urbanização da cidade. Resgatando que se começou a entender a luta pela moradia, considerando aos pobladores como os protagonistas.

La propuesta política y social emanada que surge de este análisis es la Promoción Popular que pone en práctica el gobierno de Frei. Se diseña su participación en a vida social a través de organizaciones apropiadas, diferentes a las que los mismos pobladores se habían dado. Se dicta la ley n. 16.880 de Juntas de Vecinos y Organizaciones Comunitarias, creándose una amplia red de organizaciones vecinales destinadas a canalizar la participación de los pobladores y satisfacer algunas de sus necesidades. Las Juntas de Vecinos, los Centros de Madres, Clubes Deportivos, Centros Juveniles fueron instrumentos organizativos de la política de dicho gobierno". (VALDÉS, 1987:269)

Assim, a solução seria dada e conduzida pelo Estado, através deste tipo de organizações, desacreditando na incapacidade dos próprios pobladores. Em relação à moradia o governo da demócrata cristã cria um programa chamado "Operação Sitio", o qual tinha como objeto a autoconstrução de moradias, mas sem um significativo sucesso, sem soluções reais, apenas a obtenção de um terreno demarcado, o que conhecido com o nome de "*Operação Tiza*".

Este tipo de programas e ações com caráter assistencialistas reforçaram a ação popular, pois os pobladores usaram estas iniciativas governamentais para seus próprios fins, considerando ademais que o povo no seu conjunto começava a aprofundar processos de politização e radicalização.

El desarrollo de esta política habitacional y de promoción popular reforzó la acción popular. El resultado fue una organización de pobladores y pobladoras que además de beneficiarse del Estado, adquirió una práctica de creciente negociación con el poder desde el interior de la institucionalidad vigente". (idem:270)

Muitos dos pobladores sentiram insatisfação e as demandas aumentavam, por outra parte, partidos de esquerdas e pobladores se associam na procura de soluções, e com isto se vai potenciando o movimento popular. Assim, os pobladores se vão consolidando como um ator social dentro da política nacional e os partidos de esquerda vão priorizando a luta para as demandas dos pobladores.

### **2.3.5- A moradia como um direito e os aportes do MIR (1970-1973)**

Nos anos 60' teve um processo de radicalização dos pobladores, com a presencia de tomas de terreno onde os pobladores foram reprimidos e com enfrentamentos diretos com o Estado e em muitos dos casos muitos violentos.

Os pobladores começavam a se sentir não considerados pelo Estado e não atendidos no seu direito a moradia, recuavam o assistencialismo da democracia cristã e as tomas de terreno se massificam e radicalizam.

Entre 1967 y 1971 se fundan en Santiago, La Bandera y Nueva Habana en la zona sur, La Faena y Lo Hermida en oriente, Violeta Parra, Che Guevara y Sara Gajardo al oeste, y Pablo Neruda, El Cortijo y La Pincoya por el norte".(GARCÉS, 2000:1)

Os pobladores perceberam que a solução a seus problemas e a falta de moradia na cidade estava nas próprias mãos, o que o Estado não solucionava a toma de terreno sim solucionava, mesmo que estas continuavam sendo ilegítimas desde o ponto de vista da institucionalidade, mas para os pobladores representava a única via de acesso a moradia e elas tinham a legitimidade da necessidade.

*Así, el poder popular fue construyendo, como reguero de pólvora, una cadena incipiente de mecanismos políticos y estructurales de tipo alternativo. Aparentemente, para las bases populares el Estado formal tenía cada vez menos legitimidad (...) el movimiento*

*tendía a construir caminos subversivos, de reemplazo”*  
(SALAZAR, 1990:270)

Segundo Salazar (1990), o objetivo de todas as tomas era sempre o mesmo, a territorialização da política popular e o desmantelamento da política formal. A esquerda, visualizava aos pobladores como sujeitos para a transformação social, e o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) nesse período teve um papel fundamental, já que o próprio MIR funda sua estratégia política nesse setor social, dando conteúdo político à luta pela moradia.

Surgem os campamentos do MIR com altíssimos níveis de organização popular, onde a reivindicação vai muito além da moradia, agora apontando na transformação da sociedade em geral. E para o MIR as tomas de terreno consituíam a única via de acceso à moradia para os pobladores sem casa, ao mesmo tempo em que as legitimava politicamente as considerava o principal espaço para a construção do poder local.

La toma ilegal y violenta ha sido la única forma de lucha que ha dado resultados positivos (...) sólo confiamos en nuestra propia fuerza y en nuestra decisión de lucha”. (TORO, apud ESPINOZA, 1988:314)

O levantamento do movimento popular significou que os pobladores se fizessem presentes em diferentes âmbitos da vida social e produtiva, os cordões industriais, comitê de vizinhanza, centro culturais, etc. a luta pelas demandas específicas e de uma sociedade diferente caracterizou o movimento dos pobladores naquele período

Embora que as tomas de terrenos vinha acontecendo desde nos anos 50' e 60' apoiadas por partidos políticos de esquerda, mas desde 1969 na modalidade de acampamentos do MIR se distinguiu que junto pela luta por um pedaço de terra e um teto, se desenvolveram novas formas de convivência. O acampamento se gera desde o processo de organização dos comitês sem casa ou através de organismos de diversos tipos. Na maioria dos casos os comitês influenciados por organizações políticas.

O acampamento se gesta desde o proceso de organización dos “Comités sin Casa” o a través de organismos de diversos tipos. Na maioría dos casos os Comitês estaban influenciados por organizacións políticas. Normalmente os terrenos escollidos eran preto dos barrios de orixe ( dos habitantes, con isto axudando a potenciar unha identidade común con características comúns dos acampamentos.

(...) las causas que han ocasionado su nacimiento permite, en primer lugar un proceso de identificación interna entre los pobladores. De alguna manera los pobladores han sido “cómplices” de un mismo hecho, se han movilizad juntos, han creado una responsabilidad común. En segundo lugar, siguen luchando juntos por conseguir su común reivindicación: la vivienda”. (NUÑEZ, 1972:89)

Um factor que influí no comportamento social ao interior do acampamento é que a maioría de seus habitantes eran jovens sem trajetória política previa, os que iam se formando ao calor da luta pola moradia e sem participar na institucionalidade. Nos acampamentos mais politizados os pobladores se organizaron con táticas de autodefesa, aplicaron formas de justiça popular, erradicaron atos delitivos no interior, assim como o consumo de álcool e o maltrato a crianças e mulheres, desenvolveron prácticas solidárias para afrontar falta de alimentación, saúde, educación e lazer, exerceron formas de democracia directa.

Segundo Espinoza, a participación do MIR no interior do acampamento esteve definida polo interes da organización de formar milicias populares, como una instancia intermediaria para a luta armada e instancia de inserción nos setores populares.

los campamentos constituían una situación enteramente transitoria. En un período inicial las demandas tendían a ser muy variadas, para luego normalizarse, esto es, adecuarse a la norma de peticiones de cualquier población de Santiago. En el caso del campamento 26 de Enero, lo que se buscaba era extender estas prácticas más allá del período inicial. En tal sentido, el campamento fue concebido como una prefiguración de un tipo de

comunidad socialista, la cual involucraba todos los aspectos de la vida social.” (ESPINOZA, 1988: 307)

O MIR começa a se vincular ao movimento de pobladores desde 1968, desde os comitê sem casas, em 1970 ajuda na preparação e organização da primeira toma de terrenos, que deu origem ao acampamento “26 de enero”, ano em que o MIR cria o MPR (*Movimiento de Pobladores Revolucionarios*) sendo este o instrumento da organização para organizar aos pobladores.

(...) era una forma de inserción en las masas urbanas, principalmente, debido a que le era difícil acceder a directamente al frente sindical, hegemónico y controlado por los partidos comunista y socialista” (PATRANA, 1974:59)

O objetivo do MIR em relação ao movimento de pobladores, era vincular a luta pela moradia, à luta de classes, por isso o MIR marca um fratura na mobilização urbana ao superar a reivindicação inserida no sistema, tanto pela via reformista da Democracia Cristã ou pela via “Chile ao Socialismo”, para se projetar num movimento mais abrangente, articulado com o restante do movimento popular, e com o objeto último da criação de espaço de poder popular autônomo aos poderes do Estado. (LEIVA, 2000).

Para o MIR, o poder popular tinha que ter sua origem nas novas organizações que o movimento popular tinha criado, e que não podia se limitar perante os obstáculos da legalidade estatal:

(...) en la medida en que en nuestros frentes empezamos a controlar el poder llegaremos a controlar también el poder de los organismos del estado. En la medida en que nos movilizamos por la creación de una asamblea comunal donde sean los trabajadores los que planteen las políticas que se desean seguir, en la medida en que nos movilizemos por la creación de tribunales populares les estaremos arrebatando el poder a los momios y podremos seguir avanzando” (EL REBELDE, 1972).

O poder popular para o MIR consistir no poder de classe, autônomo e independente do Estado e do governo, o qual iria se configurando a través da confrontação dos poderes de classe antagônicos, onde a revolução seria o

caminho do triunfo (Leiva,2000). Porém, Espinoza plantea que a motivação primeira dos pobladores era a de conseguir um terreno para morar, mas essa demanda básica o MIR tinha dotado um discurso político, onde o objetivo era a toma do poder. Por tanto, os interesses particulares dos movimentos de pobladores teria ficado subordinados aos objetivos políticos mais gerais, ao igual que a identidade do *poblador* a do militante revolucionário.

Puede apreciarse entonces un discurso cuya finalidad es la toma del poder por medio de las armas . (...) no obstante, el discurso es ahistórico respecto de los pobladores, o al menos, superpuesto, ya que sólo tendrían acceso a él a través de la militancia partidaria (...) la elaboración de un discurso totalizador de su realidad no era hecha por los pobladores en cuanto a tales, sino en tanto militantes de uno u otro partido.”(ESPINOZA, 1988:317)

A chegada ao poder da Unidade Popular, não significou o fim das mobilizações dos *pobladores*, eles tinham muito claro que o triunfo da UP era apenas um passo, mas a luta devia continuar, tinham tarefas pendentes e transformações de fundo. Durante o governo de Allende houve uma participação ativa de parte do Estado no desenvolvimento da política de vivenda, que se manifestou a través de planes anuais que tiveram como principio *básico* a idéia que a vivenda é um bem ao qual todos os habitantes tem direito, só que não foi suficiente perante a grande demanda que existia e o curto período do Governo.

## Capítulo III- Ditadura Militar frente a os Pobladores (os anos 70')

### 3.1- Destruição do movimento popular e implantação do modelo neoliberal.

O golpe militar marca um fato muito importante na história do Chile, ele significou uma ruptura com o movimento popular na sua totalidade e com o dos *pobladores* particularmente, já que destruiu todos os logros obtidos e desarticulação das organizações sociais. Desta maneira as *poblaciones* se transformaram em territórios de repressão, nestes territórios que o Estado começa a vigiar e tentar controlar, a traves da lei 16880, que mantem a existência das juntas de vizinhanças, mas como um modelo de extrema verticalidade onde não intervêm os *pobladores*.

Junto com a repressão direta a Ditadura inicia um processo de instalação do modelo neoliberal, o q implica a substituição do Estado pelo setor privado, como o principal outorgador de bens e serviços sociais. Os que antes eram considerados direitos coletivos, passam a ser tratados como mercadorias que podem se obter individualmente. Assim o Estado se desvincula do seu papel social deixando nas mãos do mercado aspetos que eram considerados como parte das obrigações do próprio Estado, se reduz o aparato estatal e gasto público.

Então os bens que eram considerados direitos agora se começam a adquirir no mercado de acordo a lei de oferta e procura, o q dificulta o acesso pra aqueles que não possuem os médios para comprar esses produtos, por isso, se enfatiza no esforço pessoal como único médio para ascender na escala social e se impõe a lógico que cada pessoa e família deve resolver seus problemas individualmente.

Em matéria de moradia o Estado perde seu papel como protagonista e adquire um papel subsidiário, com isto se cria um mercado aberto de vivendas, sendo responsabilidade do setor privado a produção delas. A vivenda deixa de ser

direito, e vira um bem q se compra no mercado, e se acede pelo esforço individual manifestado nas poupanças.

O papel subsidiário do Estado com os que não podem aceder a bens e serviços que oferece o mercado, tentando inserção desses grupos mais precários a traves da subsidiariedade, e com isto acabar com a probreza extrema, para que sejam participe do novo sistema. Para incorporar aos mais pobres o Estado precisa Identificar lhes, e para isso elabora um “*mapa de la extrema pobreza*” e a ficha CAS, indicadores quantitativos da pobreza, sendo este grupo social o objeto das políticas sociais do Estado, que vai determinar aqueles que vão receber ajuda, como e quando.

Para o Estado os pobres são um obstáculo, por um lado não colabora ao processo produtivo e por outro são perigosos, já que estão insatisfeitos, e esta situação pode levar eles a se organizar e agir violentamente, o que poderia ser uma ameaça pro mercado.

Como ferramenta política, se consolida as prefeituras como meio para controlar os territórios (Comunas).

*La municipalización es la herramienta diseñada para enfrentar los problemas surgidos en la nueva situación: no sólo significa una solución técnicamente más adecuada de administración de ciertos recursos estatales, sino que también posibilita el control del espacio, del territorio, de la vida en las poblaciones y campamentos, los que se tornan cada día más pobres y son cada día más marginados. La peligrosidad puede ser manejada, el control social queda territorializado y se facilita el control de ciertas fronteras urbanas” (VALDES, 1987:282)*

A municipalização responde também a uma política de descentralização do Estado desejada pelo modelo neoliberal, e que através desse processo se traspassou as prefeituras o financiamento dos serviços básicos como saúde e educação, que historicamente tinham sido responsabilidade do governo central.

*Este proceso permite que la cantidad y calidad de estos servicios dependa de los desiguales recursos que cada individuo maneja,*



*produciendo una diferenciación extrema en la cantidad y calidad de los servicios que la población popular recibe”.(Ibidem)*

Durante a ditadura as organizações e as juntas de vizinhança foram cooptadas e se transformaram em espaços de vigilância e repressão. Assim desaparece o público como espaço coletivo. Territorialmente se erradicam acampamentos e se concentra a os mais pobres na periferia da cidade, sendo segregados a setores menos visíveis e reduzidos em espaços determinados onde se podia ter um maior controle sobre eles. O Estado localiza os focos de pobreza criando o *“Mapa de la extrema pobreza”* (Odeplan 1975) e logo a ficha CAS, que como foi dito anteriormente são os instrumentos do desenho das políticas sociais para os mais pobres. Obviamente se proíbem as tomas de terreno, o que vem a privar ao acesso a moradia e aumentando o déficit habitacional.

Durante este período se intervêm, persegue e reprime os espaços de participação dos pobladores, especialmente as organizações sociais e populares, sendo elas politizadas ou não, como os centros de madres que sem ser em estrito rigor um espaço de formação política, no início do governo de Allende se contabilizavam em aproximadamente 9.000, em setembro de 1973 eram quase 20.000, com quase um milhão de participantes ativas. (VALDES, 1993)

Neste cenário de proibições, de mercantilização no acesso a moradia e de repressão as mobilizações, a demanda pela moradia aumenta, nas poblaciones se gera um crescimento pra dentro, isto é, a concentração de mais de uma família numa mesma vivenda, se expande com isto o superlotação e famílias agregadas, alcançando essa condição em 1983, o 18% da população de Santiago. (DE RAMON, 2000).

### **3.2 - A política de vivenda**

Pode se dizer, que em matéria de vivenda se tentou organizar na base de dois fatores determinantes: a regionalização do país e a liberalização do mercado de capitais, se reestruturou por meio do decreto Lei nº 1305. O período iniciou se

com uma situação econômica muito crítica o que demonstrou no nível de endividamento, a ausência de alguns produtos e o nível de inflação, que por exemplo em 1973 chegou a um 508,1% (INE, 1997:89) . Esta situação levou ao governo a reduzir o gasto fiscal em mais de um 40%. Em 1975 se estimava que el déficit habitacional alcanzaba a 419.000 vivienda, sem considerar as familias agregadas.(INE, 1997: 90)

A reestruturação econômica e a redução do gasto social do Estado, alterou as políticas habitacionais, se estabelece como critério fundamental que fosse o mercado o asignador de recursos, por tanto o Estado assume uma função subsidiaria orientada aos setores mais pobres, e ao mesmo tempo se fomenta a iniciativa privada.

Oficialmente se plantea se que: *“la vivienda es un derecho que se adquiere con el ahorro de la familia, que el Estado reconoce y comparte”* (MINVU, 1977:90) Portanto, o Estado se preocuparia que todos os setores sociais tivessem a disposição todos os canais de acesso a moradia de acordo com a sua particular realidade socioeconômica, mas pararia de construir e outorgar viviendas. Nesse sentido o caráter subsidiário seria excepcional e se centraria na extrema pobreza.

Num primeiro momento, não se cria um plano habitacional, mas inicia se um processo de reorganização administrativa, e se busca incrementar o papel das corporações, isto se explica, já que o desenvolvimento de este setor dependerá do mercado. Busca se responder as necesidades dos setores de extrema pobreza, criando em 1975 o que se chamou *“Plan de Vivienda Social”*, o qual apontava aos setores que não podiam aceder a compra de uma vivienda no mercado e que moravam em condições de pobreza extrema, definiu se como um plano para

(...) proporcionar soluciones habitacionales a nivel de cada comuna ,a zonas poblacionales que carezcan de viviendas que cumplan con las condiciones mínimas de habitabilidad, de infraestructura urbana o de equipamiento”.(MINVU, 1993: 91)

A vivenda social era uma solução transitória para que depois, quando a família haja juntado o dinheiro suficiente, participasse no Sistema Único de Postulação inserido no mercado. A idéia era que os postulantes pagassem ao seu respectivo comitê habitacional comunal, uma quantidade inferior ao 15% do ingresso do grupo familiar. Para aqueles pobladores que morassem de aluguel se lhes exigia que pagassem menos do 10% do ingresso do grupo familiar, mas se o ingresso familiar fosse zero, *“entonces no podrá, mientras perdure tal situación, adquirir una vivienda”* (MINVU, 1993:92)

O Estado buscava que a solução ao problema habitacional surgira do mercado, a participação de comunidade era considerada irrelevante, o papel subsidiário do Estado se exerceria só com aqueles setores que estando numa situação de extrema pobreza, tivessem um mínimo de ingressos, através dos planes de vivendas sociais. Com isto, se definiu implicitamente que todos os outros setores operassem através do mercado.

Por outra parte a empresa privada incrementou a sua participação, embora não compensou a redução do setor fiscal. O gasto fiscal em vivenda baixou abruptamente desde 1975, chegando em 1976 a ser a mais baixa registrada nos 15 anos anteriores (MINVU, 1993:93)

Entre 1976 e 1977 se realizam as primeiras erradicações de poblaciones, na chamada *“Operación Confraternidad I”*, onde centos de famílias que tinham seus títulos de propriedade vigente, foram trasladadas a acampamentos nas zonas periféricas da cidade.

Em 1978, instala se o Subsidio Habitacional, concebido como uma ajuda do Estado as famílias. No obstante, são elas mesmas as devem, mediante a poupança e a aquisição de um empréstamos, por a maior parte do dinheiro para comprar as suas casas. Este sistema resultou muito pouco seletivo, deixando fora aos setores mais pobres, que não tinham os médios suficientes para fazer as poupanças. (MINVU, 1993)

No mesmo ano se realiza a segunda erradicação a traves da *“Operación Confraternidad II”*, onde se trasladam quase 2000 familias desde o *“Zanjón de la Aguada”* e o acampamento *“nova matucana”* para 10 comunas deferentes

distribuindo as de acordo a sua capacidade de pago. No final do mesmo ano, se realiza um despejo de quase 70 familias desde a “*Villa San Luis de Las Condes*” e se lhes leva para a comuna de Pudahuel, o que gerou um grande temo entre os pobladores de acampamentos e poblaciones. (MINVU, 1993)

As erradicações obedecia tanto a necessidade de reprimir o movimento poblacional, como ao desejo de revalorar os terrenos que tinham sido tomados e a propriedade privada em geral. Logo as erradicações foram perfilando um novo Santiago, no qual os pobres ficaram concentrados em comunas especificas, a maioria de elas na zona sur da capital. Esta situação implicou o empobrecimento das comunas receptoras. (DE RAMÓN, 2000)

### **3.2.1 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)**

Em 1979, se consolidou o processo de privatização do problema da vivenda ao se promulgar a neoliberalizacao do solo a traves da PNDU, criada pela: “*necesidad de lograr un equilibrio entre la nueva estructuración político-económica del país y el proceso de desarrollo urbano*” (MINVU, 1975:7). que buscava aplicar as políticas neoliberais no mercado do solo urbano, ate então restringido pelos planos reguladores comunais e intercomunais

A Política Nacional refutava o suposto de que o solo urbano era um recurso que requeria a regulação do Estado, propondo que “*el suelo urbano no es un recurso escasso*” (MINVU, 1979: 9)

A escassez do solo não seria mais uma sensação gerada a consequência de “*la falta de concordância entre las normas técnicas y jurídicas y las condiciones de oferta demanda del mercado inmobiliario*” (Ibidem), ou seja, de um desajuste ou descoordenação entre o mercado e o Estado, pois este tinha a missão de definir:

(...) los distintos usos que puedan darse al suelo disponible en el Territorio Nacional, [que] quedan determinados por la combinación equilibrada de dos factores: por una parte la

rentabilidad social como mecanismo de optimización de los beneficios buscados por el Estado y por otra, la rentabilidad privada” (MINVU, 1979:10)

O território disponível para o crescimento da cidade era compreendido geopolítica e economicamente, já que nele se tinham interesses nacionais públicos e privados, Esta visão responsabilizava ao governo da UP e a crescente legitimação das tomas de terreno de ter desequilibrado a balança para um grupo de indivíduos e descuidando os interesses coletivos da nação chilena. desajuste que se resolveria liberando aos proprietários do solo urbano das dificuldades próprias da regulação estatal e permitindo a sua livre negociação no mercado imobiliário, onde os indivíduos resolveriam seus problemas segundo sua capacidade financeira e de endividamento.

Mesmo assim, a PNDU não solucionou os problemas urbanos de Santiago. Ao eliminar as normas sobre limites do solo e incorporar ao mercado imobiliário 64.000 hectáreas de solo urbano (MORALES, 1987). Gerou uma enorme especulação com o preço do solo e uma abrupta mudança no preço de terrenos e vivendas, além de um aumento do crescimento horizontal da cidade, que não se preocupou das terras agrícolas, nem da disponibilidade de infra-estrutura urbana.

Em termos concretos isto se traduz em que importantes áreas da cidade incrementam seu valor no mercado, já que agora podiam ser adquiridas para a construção de vivendas e prédios e ao mesmo tempo, nos terrenos da periferia da cidade, que pela distancia espacial deles abaixavam seu valorização bursatil, se configurarão como os setores mais econômicos para a construção habitacional.

No curto prazo, isto se traduz em marginalização espacial da pobreza, enquanto as famílias de menos recursos começaram a ser expulsadas desde setores cujo valor comercial era alto, como nas comunas centrais do setor oriente de Santiago e as realocizadas nas margens da cidade.

Por outra parte, o Estado abandonou as tarefas de construção de vivendas, as que foram encomendadas para as construtoras privadas, aqueles receberiam diretamente aportes monetários do Estado, pelo que agora seu labor se reduziria a mediar entre as famílias e as construtoras.

Como dizia um antigo funcionário ministerial e citado por Sandra Silva:

(...) del MINVU no queda sino el timbre. La 'subsidiariedad', como cínicamente llama Pinochet al abandono de las funciones sociales que competen al Estado, no necesita de arquitectos ni planificadores. De hecho, la Junta no construye nada. mnos aún se requiere el contacto y la colaboración con los pobladores" (SILVA, 1997: 36)

No primeiro momento este *laissez affaire* do mercado da vivenda significou também a perda de influencia política de grêmios leais a Ditadura, como a Câmara Chilena da Construção, o que provocou que a inícios dos anos 80', as tentativas de coordenar Estado e mercado acabaram em crise do mercado imobiliário e da vivenda. (VALDES, 1983)

Mas os custos não foram so bursatiles, o que poderia ser chamado como redistribuição dos habitantes da cidade em virtude de sua capacidade de pago da qualidade e quantidade de solo urbano que estava, utilizando, em términos do marco legal vigente, foi na realidade um processo impulsado na forca, um processo de tal tamanho só poderia ser realizado num contexto ditatorial e repressivo.

### **3.2. 2 Erradicação de acampamentos.**

A livre mercantilização do solo urbano modificou profundamente o padrão de propriedade do território urbano, reestruturar a cidade de maneira violenta. No mesmo ano que se ditou a PNDU, apareceu o "*Programa de Erradicación y Radicación de Campamentos*" cujo objetivo era normalizar o padrão de assentamento habitacional de grupos de pobladores, enquanto que as radicasses eram:

saneamiento ambiental y técnico-sanitario de aquellos asentamientos de Operación Sitio ubicados en terrenos de

valor adecuado y a los loteos sin alcantarillado, agua potable, electricidad, etc.” ( VALDES, 1983:11)

As erradicacoes eram o:

traslado de aquellos campamentos ubicados en terrenos cuyo valor de mercado no guarda relación con la capacidad de pago de los pobladores” (VALDES, 1983: 9)

Ambos processos foram apresentados como a expressão pratica das estatísticas realizadas a partir do “*Mapa de la Extrema Pobreza*”, sendo os acampamentos o núcleo de ação prioritária da política social com um discurso técnico de rasgos higienistas, com apelativos como ‘saneamento’, ‘salubridade’ ou ‘higiene’.

Eduardo Morales e Sergio Rojas sinalam que foram dois os critérios que primaram nessa política, um o econômico, segundo o valor adquirido pelo solo urbano e outro o político, que buscava segregar e territorializar a pobreza, vista como foco de conflito social e organização política. (MORALES, 1987)

Em outros termos, significou um êxodo forçoso de pobladores ao interior da cidade e desde a cidade para outras regiões do país. Processo que se indicava na época, careceu de qualquer tipo de dialogo cidadão e com serias falências de organização e informação. (ALVAREZ, 1988). Isto significou uma limpeza quase total dos acampamentos de comunas como *Las Condes* e *La Reina*. (MORALES, 1987)

Se gerando paulatinamente uma migração forçosa da violência que o arquiteto Alfredo Rodríguez chamou de “*el fin del contrato social*” (RODRIGUEZ, 1983:40)

Devido a magnitude da divisão socioeconômica e geografia que se instalava, entre 1979 e 1985 se mobilizaram 28.887 famílias, *perto de 147.324 personas- segundo as cifras oficiales*. (HIDALGO, 2005:382)

Os municípios de *Las Condes* e *Providencia* enviaram a outra comunas perto do 10% da sua população, sem receber novos grupos de pobladores. Enquanto que outras comunas como *La Granja* ou *Pudahuel*,

vieram a incrementar sua população num 30% produto da chegada de grupos de erradicados. (HIDALGO, 2005)

### Mapa das Comunas de Santiago.



1. Santiago
2. Conchalí
3. Huechuraba
4. Independencia
5. Quilicura
6. Recoleta
7. Renca



8. Las Condes
9. Lo Barnechea
10. Providencia
11. Vitacura
12. La Reina
13. Macul
14. Ñuñoa
15. Peñalolén
16. La Florida
17. La Granja
18. El Bosque
19. La Cisterna
20. La Pintana
21. San Ramón
22. Lo Espejo
23. Pedro Aguirre Cerda
24. San Joaquín
25. San Miguel
26. Cerrillos
27. Estación Central
28. Maipú
29. Cerro Navia
30. Lo Prado
31. Pudahuel
32. Quinta Normal

Fonte: <http://www.delegacionsantiago.gov.cl/comunas-de-la-provincia/>

Em geral as comunas receptoras foram majoritariamente aquelas que tinham sido criadas recentemente e tinham menos recursos e capacidade organizativa, gerando outros problemas relacionados com a falta de urbanização e serviços.

A erradicação também foi vivida como um castigo ou “*una sanción latente*” (RODRIGUEZ, 1983:26), contra aqueles que tinham tido ou seguiam tendo a vida política ou social, cujo efeito mais nocivo era desvincular a famílias ou acampamentos completos de setores urbanos aos que estavam

historicamente arraigados, instalando ao mesmo tempo a desconfiança e o temor ao interior das comunidades.

### **3.3- Movimento dos pobladores no período de 1973-1979**

Neste período os pobladores são os atores sociais que recebem de forma mais brutal os efeitos da repressão e as reformas econômicas que começam a se aplicar desde 1975, deixando um vazio na organização popular que vai até o ano 1978 aproximadamente.

E assim como a igreja e as ONGs começaram a assumir um rol na reconstrução social e política, apoiando as diferentes iniciativas que se estavam surgindo.

As primeiras experiências organizativas se desenvolvem em torno a resolução de necessidades básicas tais como alimentação, moradia, trabalho. Além, vinculadas a os efeitos psicológicos da repressão aparecem grupos de saúde em paralelo as de tipo cultural e educativo.

Se configura, em momentos específicos, a dicotomia de assumir posições radicais para a solução de problemas sociais tais como as tomas de terreno versus o diálogo institucional.

Em função das condições do país, os pobladores centrar seu trabalho sobre um eixo social comunitário, mais do que político reivindicativo mas perto de 1979 aparecem as coordenações de pobladores a nível zonal e metropolitano, e o processo de re-articulação social se vê entrampado pelo processo de rearticulação política.

Em 1979 se publica a seguinte declaração:

Ni los Comités Sin Casa, ni a ninguna otra organización similar le reconoce este Ministerio la representación de los pobladores. Este tipo de organización son sólo una clara expresión de manejos demagógicos (...) En cambio, reconoce y atiende a todas aquella organizaciones de la comunidad legalmente

constituídas, como son las Cooperativas de Vivienda, las Juntas de Vecinos etc” (VALDES, 1987, 287)

A década dos setenta finaliza com a nova política nacional de desenvolvimento urbano que como já se falou implicou a liberização total do solo urbano e da vivenda.

*(...) en esta fase (1973-1979) se eliminaron las restricciones que impedían el “desarrollo natural” de las áreas urbanas, de acuerdo a las tendencias del mercado, lo que suponía abarataría los terrenos, ya que el suelo urbano no sería un recurso escaso, se convierte así la tierra en un recurso que se transa en forma libre y por lo tanto, determinado por la rentabilidad social y privada a que está sujeta” (SILVA, 1997: 101)*

Mas, junto com o fim de uma década caracterizada por terror e repressão, se aproxima uma seguinte década onde se fortalecem as organizações de caráter reivindicativo, nasce a Coordenadora Metropolitana dos Pobladores, que agrupa a diferentes comitês de vivenda.

En los hechos, estas comisiones operan como interlocutores válidos del gobierno, pero el problema central es la falta de vivienda y la respuesta negativa. Deben adaptarse a las soluciones definidas por el Estado. Se constituyen entonces los Comités de Vivienda y Comités de SinCasa. Estos superan el marco eclesial de la organización solidarias en busca de mayor autonomía y establecen coordinaciones zonales. En 1980 se forma la agrupación de Coordinadora de Agrupaciones Poblacionales (COAPO)” (VALDES, 1987: 292)

Já em meados dos anos 70, tinham começado a se gestar as primeiras organizações, aoredor da igreja católica, que procuravam a solidariedade para resistir os prblemas mais urgentes como a fome, desemprego e violação dos DDHH. Isto devido a uma intensa atividade social nas parroquias e capelas, onde se multiplicavam os “comedores populares”, “ollas comun”, “talleres comunes”, “policlinicos populares”, etc. Muitas iniciativas baseadas na solidariedade instiucional onde começa a se reconstruir um amplo setor dos pobladores organizados.

Na segunda metade dos anos setenta, se identifica uma nova geração de lideranças e de organizações sociais, as que protagonizaram processos importante de autonomização social respeito dos referentes institucionais ligados a Ditadura.

## Capítulo IV - Os pobladores frente a Ditadura (os anos 80)

### 4.1- Movimento dos pobladores no período de 1980-1986

Nesse período o agir coletivo foi muito heterogêneo em quantos a dinâmicas organizativas, os pobladores se transformam em verdadeiros atores radicais das jornadas de protesta, pelo que também viram vítimas da repressão massiva.

A protesta paulatinamente se estabelece como espaço de articulação de um sujeito coletivo como o movimento dos pobladores, mas no primeiro momento a coordenação que surge então se dá em função da protesta mesma e não em função de temas maior continuidade na luta. As coordenações, servem de vínculo entre os objetivos políticos e aqueles de caráter reivindicativo.

Um logro importante destaca do período foram as tomas com sucesso dos acampamentos *Cardenal Silva henríquez* e *Monseñor Francisco Fresno*, ambas em 1983. Os pobladores organizados começaram a retomar a luta histórica pela moradia, agora num novo contexto, se realizando uma série de tomas de terrenos que começa no ano 1980.

Em 1982, se produz uma grande crise econômica na que a Ditadura responde com uma “*política de shock*”. Esta crise criou um cenário para que o povo se empresara publicamente, muitas das vezes acompanhado por grupos políticos.

A crise econômica levou ao fortalecimento das organizações produtivas e das organizações populares em geral. Estas organizações tem sido chamadas de “*organizaciones económicas populares*” (OEP), Além se criam as organizações em torno da demanda da vivenda, estas agrupam sem casa, locatários, agregados, pobladores de acampamentos, comitê sem casa e comitê de endividadores que realizam desde as cooperativas as poupanças para a vivenda, até tomas de terreno.

Importante sinalar o papel muito importante das mulheres *pobladoras* que nesse período, elas se destacaram desde muito cedo por sua massiva participação nas organizações destinadas a enfrentar os efeitos socioeconômicos gerados pelo novo modelo.

Las pobladoras de los 80 no se organizaron sólo para tomarse un sitio y levantar un campamento a la espera de un decreto estatal; o para asociarse con el Estado populista según los términos que le proponía éste. Pues ellas se organizaron entre sí (y con otros pobladores) para producir (formando amasanderías, lavanderías, talleres de tejido), subsistir (ollas comunes, huertos familiares, comprando juntos) autoeducarse (colectivos de mujeres, grupos culturales) y, además resistir (militancia, grupos de salud). Todo ello no sólo al margen del Estado, sino contra el Estado.” (SALAZAR, 2002: 261)

Os pobladores mais organizados começam a ter mais clareza sobre suas demandas, um setor de eles organiza a Coordenadora de Agrupações Populares COAPO, que vem a dar um olhar mais político, transformando a luta não só numa reivindicação por moradia, senão pelo conjunto das consequências pela vivida situação de pobreza.

A COAPO tinha um conjunto de petições básicas de sobrevivências frente a atual crise que apresentaram aos prefeitos dos deferentes municípios da cidade.

El pliego mínimo de los pobladores, cuyo cumplimiento exigirán, plantean las siguientes soluciones para enfrentar los problemas económicos :el uso del Fondo de Emergencia Nacional; inversiones reales en construcción para disminuir la cesantía; control de precios de una canasta familiar; reajuste inmediato de sueldos y salarios según un IPC verdadero; contratación de cesantes con un sueldo de 8mil pesos mensuales.

En el plano social la Coapo exige terminar con el negocio de la salud; atención gratuita de salud para cesantes y damnificados; leche y alimentación complementaria para niños menores de 7 años: desayuno y almuerzo escolares.

Se piden mediaguas y enseres básicos, viviendas populares y sitios para los sin casa y allegados; urbanización a cargo de las municipalidades para poblaciones y campamentos. Agregan los pobladores el no pago de deudas de luz, agua y dividendos para cesantes, damnificados y trabajadores del PEM y que los convenios de pago no sean superiores al 1% del salario.

También exige la COAPO en su pliego, peticiones concernientes a los Derechos Humanos y libertades públicas. Defienden la organización y elección libre de juntas de vecinos y terminar con la corrupción en ellas; pleno derecho a levantar organizaciones verdaderamente representativas y reconocimiento de de sus dirigentes y terminar con los operativos policiales y cívico-militares de amedrentamiento y control de los pobladores.

Finalmente la COAPO recalca la unidad en la lucha para alcanzar esos objetivos, tanto en las organizaciones poblacionales de base como en las coordinadoras por sector y para apoyar decididamente el pliego de los pobladores" (AIR, 1982: 33).

As coordenações existentes pretendem ter uma presença a nível nacional e nessa tentativa a COAPO e o *Movimiento Poblacional Dignidad*, ambas de tendência política de esquerda, conformam o *Comando Unitário de los Pobladores* (CUP). Paralelamente se desenvolve o *Movimiento de Pobladores Solidaridad.*, de orientação democrata crista.

Desde 1980 em adiante se realizam varias tentativas de tomas de terreno, mas sendo violentamente reprimidos. Mesmo com repressão violenta da Ditadura para os pobladores organizados, a força deles se fez sentir muito forte no ano 1983, em torno de 11.00 famílias realizam a maior toma de terrenos na história do Chile, dando origem aos acampamentos Raúl Silva Henríquez e Juan Francisco Fresno. (SALAZAR, 2002)

#### **4.2 - As primeiras tomas de terreno no neoliberalismo**

A começo dos anos 80, já se estavam articulando alguns grupos políticos perseguidos pela Ditadura, como o PC, o MIR e o MAPU, os que desenvolveram grande parte da sua reorganização política ao nível *poblacional*, com o qual as ações desenvolvidas pelos pobladores nesta etapa tiveram estreita relação com as militâncias levas a cabo clandestinamente. (SALAZAR, 1990)

Desde 1979, tinham se conformados alguns comitês de vivenda sob a ajuda da igreja católica, majoritariamente na zona oeste de Santiago, como forma de organização alternativas as juntas de vizinhança, que se encontravam intervindas pelos militares, na grande maioria dos casos.

Em marco de 1980 se entregou um relatório de petições ao Ministro de Vivenda o general Jaime Estrada (Revista Hoy, N° 142, 1980), onde se solicitam entre muitas coisas a construção de vivendas populares definitivas que formem parte de um complexo urbano dotado de serviços básicos.

Algumas semanas depois se realiza o Primeiro Encontro dos Comitês de Famílias Sem Casas da zona oeste de Santiago, onde participam 40 delegados de comitês.

Este encontro era a primeira expressão de vontade orgânica de alguns setores de pobladores que sofriam o problema habitacional gerado pelas políticas neoliberais e por sua parte o Governo, se manteve dentro de sua dinâmica repressiva tanto a nível local como nacional.

Se dita o Decreto Lei N°105 do 28 de marco de 1980, a traves do qual o governo inabilita aos participantes das tomas de terreno para receber subsídios habitacionais, como represália e ameaça para evitar assim que se propaguem ações desse tipo, onde se sinala que: *"los ocupantes ilegales de sitios sufrirán la pérdida de sus beneficios habitacionales por parte del Estado"* (Revista HOY, N° 142, 1980)

#### **4.2.1- Tomada de terrenos na “Poblacion La Bandera”**

O decreto não teve os efeitos esperados, pois poucos meses depois, o dia 22 de julho de 1980, 250 famílias deram inicio a uma toma de terrenos na “Poblacion La Bandera”, ocupando campos de futebol administrados pela Dirección General de Deportes (DIGEDER), na zona sul de Santiago, como indicava a mídia a maioria eram famílias provenientes de poblaciones do setor



sul de Santiago como: *Lo Valledor Norte, Lo Valledor Sur, José María Caro e La Bandera*.

(..) quienes optaron deliberadamente por la toma de terrenos como mecanismo de acceso a vivienda. Como relata uno de sus organizadores, la opción por la toma fue un proceso tributario de la realización de actividades culturales juveniles, formación de bolsas de cesantes, comités de viviendas y cada vez más manifestaciones de protesta, que lentamente iban allanando el camino hacia la acción colectiva en el espacio público “ (Revista HOY, N° 158, 1980)

A diferença das tomas realizadas nos anos 60 e 70, esta ocorre no meio da Ditadura, pelo que as tarefas organizativas estavam dificultadas pelas condições impostas pela clandestinidade e a ameaça constante da repressão, por outra parte muitas lideranças eram jovens que não tinham participado de ações similares, como relata Juan Rojas poblador e militante do MIR.

(...) se hizo necesario recurrir a la memoria. Ninguno en la Dirección tenía la experiencia de los '70 en estas acciones de masas. Recurrimos a las compañeras sobrevivientes de la toma 26 de Enero, en La Bandera. Solicitamos el concurso de un viejo militante, que había llegado a hacerse cargo del trabajo de la juventud pobladora en la zona. Y consultábamos por aquí y por allá. Hasta que tuvimos más claro nuestro cometido” (Ibidem)

De esta maneira começou a toma do 22 de julho, embora no mesmo dia se deu a ordem de um violento despejo, que foi condenado pela igreja católica, o que gerou grande interesse na mídia, devido a importância política que alcançou o caso, entre as acusações se encontrava o fato de que a toma tinha sido impulsionada por um infiltrado do MIR. Esta acusação política se vinculava com o recente assassinato do coronel Roger Vergara, chefe da Escola de Inteligência da Escola Militar, ação que gerou repercussões ao interior dos organismos represivos, pelo que: *“Santiago era un hervidero de agentes de todos los servicios buscando a los asesinos de Vergara”* (ibidem)

No entanto, a igreja se comprometeu fortemente com a defesa das famílias asilando elas numa capela e explicando o conflito a partir da existência de um problema material, mas negando responsabilidades nos fatos, como sinala o bispo auxiliar de Santiago, Camilo Vial:

(...) la gente acudió a una capilla nuestra ante el temor a una represión. Nosotros sólo hemos hecho de puente entre la autoridad y esta gente que vive una situación dramática. Sería desvirtuar el tema si se lo interpreta como un hecho político. En la zona sur de Santiago hay alrededor de 250 mil personas en situación de marginalidad” (ibidem)

Ao justificar e assumir a defesa da ação das famílias, a igreja foi paulatinamente assumindo um papel mais ativo com a defesa das famílias sem casa. Enquanto as famílias refugiadas na igreja, permaneceram 6 meses na paróquia, posteriormente a maioria deles foram trasladadas a outras poblaciones como *Santo Tomás* na comuna de *La Granja* ou *Los Morros* na comuna de *San Bernardo*.

Em relação a este acontecimento, se pode dizer que a toma de *La Bandera*, foi a primeira toma massiva e politicamente estruturada na Ditadura, e que quebrou de alguma medida a clausura do espaço publica de maneira coletiva e organizada, mesmo que ela fosse desarticulada ao breve tempo.

Por outra parte, foi uma das primeiras instancias em que a igreja católica deu uma decidida defesa publica dos interesses dos pobladores, considerando que a maioria dos comitês de vivenda utilizassem como espaço articulador as paróquias das poblaciones populares de Santiago.

Por ultimo, dizer que o papel do governo que como se esperava respondeu com violência e repressão a nível publico com a ação da policia, e a um nível subterrâneo, com a detenção e tortura de algumas lideranças

#### 4.2.2- Resposta do Governo: A propriedade.

Pouco depois da toma de *La Bandera* e seu posterior despejo, os domingos 28 de julho e 3 de agosto, o Ministério de Vivenda e Urbanismo, se dirigiu a cidadania a traves de um inserto nos jornais de maior circulação nacional. Em dito documento o Ministério fazia uma serie de perguntas articuladas a modo de dialogo, onde se abordavam temáticas que segundo as autoridades preocupavam aos pobladores, expressando as considerações ideológicas e políticas da política de vivenda e ao mesmo tempo tentando estabelecer um dialogo com a cidadania, reforçando as noções neoliberais sobre as responsabilidades do Estado em matéria social, o valor da propriedade privada e a inexistência de sujeitos coletivo para o Estado.

[Pregunta] Pero creemos, a pesar de todo, que es obligación del Gobierno darnos casa. [Respuesta] Profundo error. Esa creencia proviene del estatismo paternalista que se predicó y prevaleció en Chile. Desgraciadamente aún subsiste. El Gobierno no tiene obligación de dar casa. Su verdadera obligación es crear un clima propicio para dinamizar la economía de modo tal que permita absorber la cesantía y convertir a todos los chilenos en ciudadanos dignos que puedan satisfacer por si mismos sus necesidades. Entre otras la de vivienda. Sin embargo, el Gobierno sabe que la vivienda no es un bien que se halle, por el momento, al alcance de todos los chilenos. A fin de paliar las diferencias que ello tiende a producir, y teniendo presente la necesidad de techo que cada hogar experimenta, el Estado asume un papel subsidiario. Ello significa que quien no puede adquirir por si mismo el total de una vivienda, es ayudado por el Estado en la medida de sus recursos a través de un subsidio habitacional” (El Mercurio, 27 de julho de 1980)

O documento do jornal caracteriza aos pobladores como um grupo ingênuo que esta sendo objeto de manipulações políticas. Entre outros pontos se destacava que podia “*exhibirse como orgullo que ningún campamento existente ha nacido bajo el actual Régimen*”, rechaçando a toma e os acampamentos pela sua ilegalidade, assim como as *Operações Sitio* por ser formas de institucionalização de acampamentos: “*el primer grave problema habitacional, es erradicar los campamentos que son producto de operaciones de índole demagógica gestadas en el pasado*”.

Finalmente, se chamava a se somar aos esforços do desenvolvimento nacional, se apoiando numa serie de virtudes intrínsecas a si mesmos.

El poblador chileno tiene un profunda sabiduría que le permite discernir qué es delito y qué no lo es, aunque no sea experimentado en asuntos legales. Es esa sabiduría la que lo debe guiar y hacerlo rechazar tan peregrina idea... Hace un llamado a los pobladores invitándolos a no escuchar ideas tendientes a buscar como vía de solución la toma de terrenos. Llama por el contrario tener fe y esperanza, como la tuvieron otros que hoy día pueden gozar de una vivienda definitiva y digna” (Ibidem)

Resultam central na hora de analisar este documento, no primeiro lugar, o gesto de diálogo entre o governo militar e os pobladores, forçado e pela situação de pressão gerada pelas tomas do ano 1980. Mesmo que o governo mostra publicamente como se mantem os fundamentos da política governamental, o documento se articula como dialogo e chama de pobladores aos pobres urbanos, fazendo referencia a um elemento identitário que anteriormente tinha sido negado pelo regime.

#### **4.2.3 – Resposta desde os pobladores: tentativas de reorganização.**

Nem a promulgação de decretos, nem a pausada explicação iam a transformar as condições materiais que sofriam milhares de famílias, nem aplicariam a vontade política de buscar vias de manifestação e resistência frente a Ditadura.

A princípios de 1981 voltaria a realizar se uma toma de terrenos e como sinalava a revista HOY:

(...) en Pudahuel muchos sabían que habría una toma. Incluso las autoridades locales, que lo denunciaron por televisión. Sólo el lugar exacto era relativamente secreto” (Revista Hoy, N°190, 1981)

Quase 500 pessoas participaram da ação ocupando num primeiro momento uma praça para logo se trasladar numa parroquia onde receberam apoio do parroco. Desde esse local os pobladores ofereceram uma conferencia para a imprensa onde afirmaram:

(...) esto no es política, aquí no hay ningún partido. Hace dos años que buscamos una respuesta del gobierno y hemos pedido entrevista y mandado cartas, pero no hay caso. Se han burlado de los pobladores sin casa" (Ibidem).

A partir de 1980 apareceram uma serie de organizacoes e ou cordenadoras de pobladores vinculadas a quase a totalidade dos partidos politicos existentes antes do Golpe de Estado: a *Coordinadora de Agrupaciones de Pobladores (COAPO)* no caso do MIR, *Coordinadora de Pobladores Metropolitana (METRO)* vinculada ao PC, o *Movimiento Poblacional Dignidad*, vinculado a *Izquierda Cristiana* e ao MAPU, *Pobladores Unidos* do Partido Socialista e *Movimiento Solidaridad* da Democracia Crista.

O que poderia se entender como uma expressão da rearticulação das militâncias previas ao Golpe ou como a existência de uma estrutura de oportunidade para os partidos políticos no território *poblacional*, articulada em torno as urgências da cotidianidade ou a suma de ambas possibilidades.

Por outro lado, é muito significativo que nesta mesma época a direita, se aproximasse a diferentes *poblaciones* como parte de seu projeto de massificação e legitimação neste período da Ditadura. (RODRIGUEZ, 1983). É especialmente significativo se consideramos que as poblaciones foram os territórios onde se geraram dois tipos de fissuras políticas para a Ditadura:

Em primeiro lugar, foi nas poblaciones onde se iniciou a lenta e silenciosa recomposições das solidariedades, a traves de organizações de base e ao mesmo tempo, as poblaciones foram um dos cenários fundamentais da ruptura massiva e nacional do espaço político através das Jornadas de Protesto ocorridas desde 1983.

Ambos níveis de ação coletiva devem ser entendidos em virtude de sua ordem cronológica, o que permitiria reconhecer que atores políticos, a traves

de que práticas e significações e em função de que objetivos foi possível gerar essa fissura.

Os fatos de 1980 podem ser vistos como a cristalização da mudança de etapa que vivia a Ditadura, entre a busca de uma definição que transitou entre o nacional subsidiário e o gremialista, que foi clausurada simbolicamente com o plebiscito de 1980 e a Constituição Política vigente até hoje.

Dentro do contexto da demanda da vivenda é fundamental destacar que na Constituição de 1980 se modifica a lei que indica que a vivenda é um direito, agora a vivenda passa a ser um bem raiz que pode se obter ou não. Assim a vivenda no Chile deixa de ser legalmente um direito.

#### **4.3- As Jornadas de protesto**

As jornadas de protesto convocadas formalmente desde maio de 1983, tiveram precisamente nas *poblaciones* seus cenários de mais alta combatividade, com alto custo em vidas humanas com em organizações que não conseguiam se manter no tempo como conseqüência direta da repressão dos aparatos do regime.

O dia 11 de maio de 1983, se realizou a primeiro protesto nacional, e foi convocado pela “*Coordinadora Nacional Sindical*” e a “*Confederación de Trabajadores del Cobre*”. Estas organizacoes atuavam em consenso com os partidos políticos. Este primeiro protesto baseado na intervenção bancaria do Estado e reordenamento da política econômica, teve muito sucesso e motivou a mais pessoas sair para as ruas.

O 14 de julho de 1983 se convocou a segunda jornada de protesto por parte da “*Coordinadora Nacional de Trabajadores*”, no dia se manifestavam os estudantes onde se faziam passeatas pelo centro da cidade e pela noite o protesto se trasladava as *poblaciones*.

Nos protestos de 1983 a rua e a *población* se revalorava como um espaço de confronto. Os pobladores irrompem de novo na política, mas a negociação de parte de alguns partidos políticos deliu o processo.

No ano 1984 pobladores se relacionam com novas organizações políticas como o FPMR, *Frente Patriótico Manuel Rodriguez*, (braço armado do PC), como resposta a isto o Estado cria a Lei Antiterrorista.

O dia 12 de julho de 1984 se faz a terceira jornada de Protesto, nela a violencia se acentuou e a repressao também, morrem duas pessoas e tem mais 1000 detidos. Se impus o toque d recolhida, a ditadura tentou impor mais medo, mas os protestos aumentaram. Esta jornada foi convocada por organizações sindicais, poblacionais e aliancas partidárias.

A AD, *Alianza Democrática* convocou para o dia 11 de agosto e o MDP, *Movimento Democrático Popular* (MIR; PC e agrupações políticas) para o dia 11 e 12 com uma estratégia de ir aumentando a quantidade e a pressão nos protestos. Desde aqui começaram as divergências entre a AD que representava aos setores mais moderados da burguesia e o MDP conformado pela esquerda e setores de tendência popular.

O 4 de setembro de 1984 se produz uma nova jornada de protesto onde foi assassinado na *poblacion La Victoria* o sacerdote *André Jarlám*, o 30 de outubro se realiza uma greve que teve sucesso devido a participação dos motoristas de ônibus, o dia 6 de novembro de 1984 se instala o Estado de sitio, e como isto a Ditadura logra deter os protestos.

Em 1985 os protestos tiveram menos força, o 4 de setembro de 1985 a AD tirou forças aos protestos, e com isso tem ruptura definitiva das duas tendências opositoras a Ditadura entre aqueles iam pela negociação e aqueles que iam pela rebelião.

O dia 25 de agosto de 1985 assinam um acordo nacional onde todos assinam menos o MDP, nesse acordo se negocia a eleição do congresso, uma eleição presidencial programada para 1988 e uma nova constituição do Tribunal Constitucional. Mas Pinochet responde realizando um comunicado publico na imprensa sobre o caráter imodificável da Constituição de 1980.

Já em 1986 o movimento dos pobladores alcançou um momento culminante que lhe permitiu, pela primeira vez na sua história se organizar como ator nacional, que foi o papel q desempenho o CUP. Mas nesse mesmo ano os profissionais e militantes de classe media se inclinaram por impor uma transição política baseada num pacto negociado com a Ditadura, que ao aceitar a Constituição política de 1980, permitia a restauração dos Partidos Políticos de filiação liberal e parlamentarista. (SALAZAR, 2002)

Esta transição liberal pactuada marginou aos pobladores, desintegrou a suas organizações e descartou a suas táticas de ação direta e de organização popular. Se pode dizer que entre os anos 1983 e 1986 se perfilou com maior nitidez os diferentes eixos pelos que passava a ação coletiva do *mundo poblacional*, este processo se viu atravessado pelas mobilizações e os protestos que levaram aos pobladores a aparecer como atores no mundo da política nacional. Porém, o cenário político do ano 1986.

Em matéria de moradia em 1986 existiam cerca de 250000 famílias em condições de agregados na cidade de Santiago:

Los allegados, que por su magnitud constituyen un gran segmento del universo poblacional, son un fenómeno surgido de las circunstancias particulares –las políticas de vivienda y suelo urbano, de la reducción del mercado laboral, de la desocupación, la represión a las ocupaciones de terrenos, etcétera, de los últimos 13 años – que les ha impedido acceder a la tierra urbana o a soluciones habitacionales” (RODRIGUEZ, 1986:34)

#### **4.4- Período 1987- 1989**

Neste período final da Ditadura apreciamos uma característica geral, um relativo recuada do mundo poblacional e uma sensação de frustração antes o fracasso da mobilização no seu objetivo político de derrocar a Ditadura. (SALAZAR 2002)

A pesar do dito anteriormente, no período se observa um importante desenvolvimento das Organizações Econômicas Populares OEP, aparecendo o



conflito no processo de instrumentalização que realizam alguns partidos políticos com as OEP.

A conjuntura do plebiscito vai se impondo por sobre a natureza própria do CUP, esta organização esteve ligada as estratégias políticas de esquerda e seu eixo de ação esteve centrado na luta reivindicativa, procurou criar um movimento social de pobladores, mas se viu sobre passado pelas diferenças entre os diferentes partidos políticos.

Jovens e mulheres tomam importância como atores ao calor das experiências nas jornadas dos protestos do período anterior.. se dão uma série de problemas em torno a definição de demandas setoriais, e pelo mesmo, sua ação se limita ao âmbito cultural recreativo.

A articulação dada pelo CUP, logo foi superada pela “*Concertación Nacional de Pobladores por la Democracia*” (CONAPO), como referente nacional dos pobladores e que colocou o tema da transição por sobre aqueles vinculados diretamente com as dinâmicas próprias dos pobladores. Esta instancia coloca em primeiro plano a nomeação do candidato na eleição presidencial de 1989 e a pergunta em que medida os pobladores seriam considerados por eles?

Assim que surge um claro divorcio entre os pobladores e as elites políticas da *Concertación* que não olhavam com bons olhos a explosividade e a radicalidade que tinha assumido este setor no período dos protestos.

Começa também a se distanciar o tema da democratização dos espaços locais, principalmente as juntas de vizinhanças, como uma das reivindicações centrais do setor, por sobre qualquer outra demanda. Finalmente, os atores sociais do passado, jovens, mulheres e as OEP, procuram mais a projeção e a sobrevivência no novo contexto que se aproxima.

Em relação a luta pela vivienda, as tomas de terreno em geral, não só buscavam resolver o problema habitacional, senão que também eram assumidas como ações que vinham a complementar o processo de interlocução que pobladores buscavam estabelecer com os partidos de la *Concertación*.

Por sua parte a *Concertación de Partidos por la Democracia*, sinalou no jornal *Fortín Mapocho*:

Expresamos plena solidaridad con los pobladores allegados del país. Sin embargo, comprendiendo su angustiante situación, consideramos que las ocupaciones no son un método apropiado para avanzar en una efectiva solución de este grave problema nacional, menos aún cuando estamos empeñados en conquistar un gobierno de reconstrucción democrática, que permita dar soluciones reales a todos los chilenos” (Fortín Mapocho, 18 de julho de 1989)

Se evidenciam as diferenças entre os pobladores e os interesses políticos de alguns partidos que anteriormente os tinham apoiado.

Frente a mobilização e ação dos pobladores frente a Ditadura existem distintas visões, para aqueles que logo farão parte do governo da *Concertación* realmente não existiu um movimento de pobladores:

El llamado movimiento de pobladores, sin embargo, se confunde por completo con la militancia política (...) esta actúa mucho más como referente de las distintas tendencias ideológicas nacionales que como intérprete de posiciones sociales homogéneas, a la vez que se distancian tajantemente del tipo de representaciones que predominan en el medio poblacional, las lógicas de acción que conviven en el movimiento de pobladores no logra pues constituirlo en un movimiento social. (...)

No se trata, sin embargo, de posiciones asimilables a determinadas adscripciones partidarias: la pluralidad de orientaciones expresa mas bien la ausencia de integración al movimiento a nombre del cual hablan y actúan estos militantes; la fragmentación extrema de las demandas, al punto que es imposible definir una estrategia. El de los pobladores, en definitiva no es un movimiento social, si por el se entiende una acción de clase que enfrenta una dominación social con el fin de ampliar el control sobre los mecanismos claves de organización y producción de la sociedad. En fin, la ausencia de un efectivo movimiento social de pobladores se deriva básicamente de la asincronía que hay entre las orientaciones de los militantes y las representaciones, actitudes y opinión de los pobladores ordinarios” (TIRONI, 1990: 19)..

Neste plano este setor político projeta uma relação entre os *pobladores* e o Estado num novo período de governo chamado de transição para a democracia:

La constitución de los pobladores en un acotes social va a depender pues, de las capacidades del Estado para satisfacer las demandas de incorporación, participación y movilidad social de los grupos marginales; vale decir, de la capacidad de la sociedad para detener los procesos de desintegración y dualización actualmente en curso” (TIRONI, 1990: 78)

## Considerações finais

Tanto a política habitacional neoliberal como a reconfiguração da relação entre o Estado e os *pobladores* enfrentaram resistências desde o momento mesmo de sua aplicação.

No primeiro momento tentei mostrar como foi que o processo de transformação econômica, política e institucional dos anos setenta que formou parte da reestruturação neoliberal do Estado foi aplicado mediante o uso da violência, pelo qual seria difícil imaginar um processo similar dentro de um contexto democrático o regulado constitucionalmente.

Mesmo que durante toda sua história, a aplicação e aprofundamento do capitalismo requereu da força do Estado, embora que se negara de sua utilidade. Ampliar o mercado imobiliário a traves do solo urbano e do reconhecimento dos direitos sociais fosse uma tarefa que exigiu a força do Estado.

O novo modelo ou nova fase do capitalismo minimiza a intervenção do Estado em matéria habitacional e urbana, que ate então operaria como mediador entre indivíduos e empresários, segundo as respectivas capacidades financeiras. (TAPIA, 2011)

Estas mudanças tiveram como correlato a modificação da maneira em que o Estado se relacionava com os *pobladores*, enquanto eles eram compreendidos como indivíduos com menos capacidade aquisitiva, tentaram resistir a esta transformação apelando as ferramentas que historicamente tinham aprendido a usar em relação ao problema de onde e como habitar a cidade.

Esta continuidade nos repertórios de ação serve para entender a realização das tomas de terreno num dos períodos más vigiados pela Ditadura, sendo uma maneira coletiva de resolver problemáticas materiais e políticas.

Durante a década dos anos 80, a ação *poblacional* se fortaleceu e radicalizou, embora como outras expressões do movimento popular não soube

instalar as demandas e propostas durante o seguinte período chamado de transição.

As múltiplas experiências de educação popular desenvolvidas nas *poblaciones*, as jornadas de protesto e inclusive a conformação organiza do Comando Unitário de *Pobladores* que agrupou as diferentes coordenadoras em 1986 contribuíram ao processo de retorno a Democracia, mas não foram considerados nos anos 90', pelo que o modelo neoliberal, no sucessivo se manteve e foi melhorando..

As cifras de construção habitacional na seguinte década e a eficiência do sistema de créditos habitacionais permitiram que chagasse a falar de uma época dourada para a construção de vivendas nos setores médios e populares, cifras que se aproximavam as taxas de reconstrução imobiliária dos países europeus após a II Guerra Mundial. (RODRIGUEZ, 2005)

No Chile neoliberal pos Ditadura, se chegou a falar em matéria de vivenda que o problema habitacional estava associado já não a condição de não ter vivenda, senão as condições de habitabilidade das famílias "Com Teto", (Ibidem), problemática que forma parte da existência de uma cidade com escassa regulação e alta segregação sócio-espacial da pobreza, sendo isto a herança mais evidente de todo o processo analisado neste trabalho.

Por ultimo, é preciso sinalar que este período foi um tempo em que a esquerda teve q revisar quem era os sujeitos políticos e quais eram suas ações. Podemos nos questionar se hoje podem seguir vigentes esses repertórios aprendidos nos anos 70'? se tinha sentido dialogar com um Estado que desconhecia esta possibilidade?...o potencial dos pobladores como atores políticos depende da carência de vivenda?.

São questões que podem nos ajudar na compressão do fenômeno do poblamento urbano na atualidade incluso, em tempos em que a desregulamento urbano e o endividamento como solução oferecida para a aquisição de vivendas e nos faz lembrar o bem consolidado e vigente do modelo neoliberal no Chile.

Considerar hoje que as poblaciones são territórios políticos próprios dos grupos de esquerda seria um contra-sentido, na medida em que foi precisamente

a partir do período analisado aqui, em que se configura como um espaço de disputa entre os diferentes sectores políticos. (VALDIVIA, 2008)

As transformações do contexto e a disputa de espaços e sujeitos, teria que somar o viés cultural que as transformações neoliberais deixaram como legado na sociedade chilena, sobre as que se aprecia nas marcas sociais de uma lógica de competitividade, ideologia do mérito, o medo ao espaço público ou a desconfiança na busca coletiva das soluções, são coisas que reconfiguram estruturalmente a vida na cidade.

H.Lefebvre só se antecipa umas décadas a nossas cidades quando sinalava:

*Basta com abrir os olhos para compreender a vida cotidiana do individuo que corre de seu alojamento até a estação, próxima ou distante, ao metro cheio, ao escritório ou fábrica, para pela noite andar esse mesmo caminho e voltar ao sua casa a recuperar forcas para prosseguir al dia seguinte". (LEFEBVRE, 1991:81)*

## Fontes primarias

Junta Militar, *Declaración de principios del gobierno de militar*. Santiago, 1974.

MINVU, *Vivienda social para sectores de población de menores ingresos*. Santiago, 1975.

MINVU, *Allegados: caracterización y propuestas para una política de vivienda*, editado por el MINVU, Santiago, 1993

ODEPLAN, *Mapa de la extrema pobreza*. Santiago: ODEPLAN y Escuela de Economía Universidad Católica de Chile, 1975.

ODEPLAN, *Plan Nacional Indicativo de Desarrollo (1975-1980)*. Santiago, 1974.

ODEPLAN, *Estrategia Nacional de Desarrollo Económico y Social. Políticas de Largo Plazo*. Santiago, 1977.

## Jornais e Revistas

AIR Agencia Informativa de la Resistencia, (movimiento de izquierda revolucionaria):

- s.n. Santiago, Chile, 23 de junio de 1980), Fondo Eugenio Ruiz Tagle, [www.flacso.cl](http://www.flacso.cl)
- s.n. Santiago, Chile, abril, 1982), Fondo Eugenio Ruiz Tagle, [www.flacso.cl](http://www.flacso.cl)
- s.n. Santiago, Chile, 23 de junio de 1980), Fondo Eugenio Ruiz Tagle, [www.flacso.cl](http://www.flacso.cl)

*Fortín Mapocho*, 18 de julio de 1989

*El Mercurio*. Santiago, 27 de julio de 1980. "El Ministerio de Vivienda y Urbanismo a los Pobladores de Campamentos y a la opinión publica en general" [Inserto en Periódicos],

"Nuevos propietarios buscar ahora cómo pagar sus sitios", *Revista Hoy*, Nº 116, 1979.

"Pobladores. Visión desde abajo", *Revista Hoy*, Nº 123, 1979.

"Nuevo Amanecer. Simplemente una ilusión", *Revista Hoy*, Nº 140, 1979.

"Pobladores. La inquietud habitacional", *Revista Hoy*, Nº 137, 1980.

"Una lenta espera. Toma poco publicitada en Pudahuel revela nuevas angustias de pobladores", *Revista Hoy*, Nº 142, 1980.

"Las casas que faltan", *Revista Hoy*, Nº 142, 1980.

"La toma de La Bandera", *Revista Hoy*, Nº 158, 1980.

## Referências

- ÁLVAREZ, Jorge; ***Los hijos de la erradicación***. Santiago: PREALAC, 1988.
- BORGIANNI, E. e MONTAÑO, C. (Orgs.) ***“La Política Social Hoy”***, Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, Sao Paulo, 2ª edición, Cortez Editora, 2004.
- BORJA, Jordi; ***“Movimientos Sociales Urbanos”***, Buenos Aires, ed. Siap-Planteos, 1975
- BORON, Atilio; ***“Estado, Capitalismo y Democracia en América Latina”***, Buenos Aires, CLACSO, 2003.
- CASTELLS, Manuel; ***“Movimientos Sociales Urbanos”***, Madrid, Siglo XXI, 1974
- CORVALÁN, Javier; ***“Paradigmas de la Intervención Social”***, Santiago, documento trabajo FLACSO, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson; ***“Gramsci: um estudo de seu pensamento político”***, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.
- DE RAMÓN, Arnaldo; ***“Santiago de Chile, historia de una sociedad urbana”***, Santiago, Ediciones Catalonia, 2007
- ESPINOZA, Vicente; ***“Para una Historia de los Pobres en la Ciudad”***, Santiago de Chile, Ediciones Sur, 1988.
- GARCÉS, Mario; ***“Tomando su sitio. El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970”***, Santiago, Ediciones LOM, 2002
- \_\_\_\_\_ ***“El poblamiento popular de Santiago, breve resena histórica”***, Santiago, Programa de Historias Locales ECO, 2000.
- GOHN, Maria da Gloria; ***“Teorias dos Movimentos Sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos”***, São Paulo, Ed.Loyola, 2006
- GOMES, M.F.C.M. ***“Habitação e Questão Social: Análise do Caso Brasileiro”***. In Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales SCRIPTA NOVA, Agosto del 2005.
- GRAMSCI, A. ***“Cadernos do cárcere”***, trad. Carlos Nelson Coutinho, 3ª. Ed., Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2004.6v.
- GUERRA, L. ***La localización, el agotamiento del modelo de la vivienda social (1973-2006), la nueva política habitacional y la tierra vacante***. In Revista CECU, Santiago de Chile, 2009



- HARVEY, D. **“O novo imperialismo”**. São Paulo: Edições Loyola, 2004
- \_\_\_\_\_ **“A Produção Capitalista do Espaço”**, São Paulo, Editorial Anna Blume, 2ª.ed., 2006.
- \_\_\_\_\_ **“Urbanismo y desigualdad Social”**, Madrid, Ed.Siglo XXI, 1997.
- HIDALGO, Rodrigo **“La vivienda social en Chile y la construcción del espacio urbano en el Santiago del siglo XX”**. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda. **“A Questão Social no Capitalismo”**, In Revista Praia Vermelha Número 8, Rio de Janeiro, 2003
- \_\_\_\_\_ **“Trabalho e Individuo Social: um estudo sobre a condição operaria na agro industria canavieira paulista”**, São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- KOWARICK, Lucio; **“A espoliação urbana”**, São Paulo, Paz e Terra, 1979
- \_\_\_\_\_ **“Escritos Urbanas”**, São Paulo, editora 34, 2009
- LEFEBVRE, H. **“A Cidade do Capital”**, Rio de Janeiro, DP y A editora, 1999.
- \_\_\_\_\_ **“O Direito à Cidade”**, São Paulo, editora Documentos Ltda. 1991
- LOJKINE, J. **“O Estado Capitalista e a Questão Urbana”**, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1997.
- MARX, K. **“El Capital”**, Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 2004.
- MATUS, T. QUIROGA, A. M. **“Integración Social en la Ciudad”** Documento Base, 2º. Encuentro Bienal URBAL, Rio de Janeiro, 2001.
- MORALES, Eduardo y ROJAS, Sergio **“Relocalización socio-espacial de la pobreza. Política estatal y presión popular, 1979-1985”**. Hernán Pozo (Editor), *Espacio y poder: Los pobladores*. Santiago: FLACSO, 1987.
- MOULIAN, T. **“Estado, ideología y Políticas Económicas en Chile 1973-1978”**, Santiago, Colección Estudios CIEPLAN N°3, 1980.
- PASTORINI, A. **“A Categoria Questão Social em Debate”**, São Paulo, Cortez Editora, 2004.
- PASTRANA, E., THEREFALL,M. ; **“Pan, techo y poder: el movimiento de pobladores em Chile 1970-1973”**, Buenos Aires, ediciones Siap-Planteos, 1974

PINHEIRO, L.F. (org.) **“Movimentos sociais, políticas sociais e questão social”**, Rio de Janeiro, editora Gramma, 2011

QUEIROZ, L.C. **“As Metr6poles e a Sociedade Brasileira: Futuro Comprometido?”** In Queiroz, L. **“METR6POLES: Entre a Coes6o e a Fragmenta66o, a Coopera66o e o Conflito”**, Rio de Janeiro, 2003.

RODRIGUEZ, Alfredo **“20 a6os de las poblaciones de Santiago”** en Revista Propositiones\_n6 14 , Sur editores, 1985

\_\_\_\_\_ **“Por una ciudad democr6tica”**. Santiago: Ediciones Sur, 1983.

\_\_\_\_\_ **“Los con techo: Un desaf6o para la pol6tica de vivienda social”**. Santiago: Ediciones Sur, 2005.

SABATINI, F. and WORMALD, G. **“La Guerra de la basura de Santiago: desde el derecho a la vivienda el derecho a la ciudad”**. In Revista EURE, v. XXX, n. 91, p. 67-86, Santiago, 2004.

SALAS, V. **“Rasgos Hist6ricos del Movimiento de Pobladores en los 6ltimos 30 a6os”**, Taller de Acci6n Cultural, Archivo. Santiago de Chile, 1999

SALAZAR, Gabriel; **“Violencia pol6tica popular em las grandes alamedas: Santiago de Chile 1947-1987”**, Santiago, ediciones SUR, 1990

\_\_\_\_\_ **“Labradores, Peones y Proletarios”**, Santiago, ediciones SUR, 1985

\_\_\_\_\_ **“La historia desde abajo y desde adentro”** Departamento de Teor6a de las Artes, Facultad de Artes, Universidad de Chile, ed. LOM, 2003

SEMIONATO, I. **“Gramsci; sua teoria, incid6ncia no Brasil, influencia no Servi6o Social”**, 3<sup>a</sup>. Ed. Florian6polis, editora UFSC; S6o Paulo, Cortez editora, 2004.

SILVA, Sandra **“Estudio an6lisis de la evoluci6n de la pol6tica habitacional chilena”** Informe Final, Ministerio de Vivienda, Santiago, 1997.

TAPIA, Luis **“Pol6tica salvaje”**. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2011.

TIRONI, Eugenio **“Pobladores e integraci6n social”** en Revista Propositiones, SUR Ediciones, 1990

VALD6S, Teresa; **“El movimiento de pobladores 1973-1985, la recomposicion de las solidaridades sociales”**, Santiago, FLACSO, 1987

